

11 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Supremas questões

Sabatina de Fachin não deve se circunscrever a assuntos de natureza pessoal nem se tornar pretexto para conflitos partidários

As tensões no relacionamento entre o Poder Legislativo e o Planalto, para nada dizer do descrédito geral vivido pelo sistema petista, fazem prever um dia de trepidação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, nesta terça-feira (12), quando se dará a sabatina de Luiz Edson Fachin.

Indicado pela presidente Dilma Rousseff (PT) para a vaga de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal, o nome do advogado gaúcho acrescenta algumas arestas ao que o simples confronto entre situação e oposição já faria presentir na presente conjuntura.

O registro das declarações de Fachin a favor da candidatura petista à Presidência em 2010, assim como de algumas enfáticas atitudes suas em defesa do MST, por certo tende a exacerbar a polêmica ideológica em torno de sua indicação.

Surgem ainda dificuldades destacadas em nota técnica do próprio Senado, questionando o fato de Fachin ter acumulado o cargo de procurador do Estado do Paraná com atividades na advocacia particular.

Circunstâncias semelhantes, vale lembrar, não impediram a nomeação de Dias Toffoli ou de Luís Roberto Barroso para o STF — e, no caso de Fachin, sua prática tem o respaldo da OAB do Paraná e do procurador-geral do Estado.

O tema, ainda assim, deve aparecer na CCJ, sendo natural, no jogo político, que todo tipo de teste e inquirição incida sobre o indica-

do. Mas será contraproducente se questionamentos de ordem pessoal predominarem sobre uma série de assuntos mais amplos, a que nem sempre as sabinas do Senado conferem suficiente destaque.

Ainda que habitualmente os candidatos a ministro evitem questões difíceis dizendo não querer adiantar seu voto em casos específicos, é direito do Senado, e de toda a sociedade, conhecer a opinião de Fachin sobre os limites ao financiamento das campanhas eleitorais, ou sobre a proposta de redução da maioria penal.

Embora se trate de dois assuntos de natureza totalmente diversa, subjaz a ambos um mesmo problema institucional mais amplo. Invocando a defesa da norma constitucional, o STF muitas vezes se antecipou ou mesmo se contrapôs às intenções do Legislativo.

O chamado ativismo judicial terá em Fachin mais um adepto? O respeito à ordem legal terá, em suas mãos, prioridade sobre o ardor das militâncias sociais? O que pensa das atribuições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)? É a favor de que as sessões do Supremo sejam televisionadas? E o que tem a dizer sobre os pedidos de vista, que os ministros têm usado como um indevido poder de veto?

Princípios gerais só se esclarecem, a rigor, na medida em que forem precisos os casos descritos em cada pergunta da sabatina. É de esperar que a prática institucional — e a agudeza do conflito político — gere algum progresso nesse sentido.

Se sessões desse tipo eram apenas homologatórias até bem pouco tempo atrás, que não se tornem, agora, pretexto para o simples alarido partidário e ideológico.

11 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Meu reino por um juiz

ARNALDO MALHEIROS FILHO

Que neutralidade podem ter
esses juizes que comandam
operações e prendem sem que
o investigado represente risco
à sociedade ou ao processo?

Nas monarquias, dar juizes que resolvessem os conflitos entre as pessoas ou entre as pessoas e o Estado era mero favor do soberano, "mercê", como se dizia na época. Com o surgimento da república, virou direito sagrado dos cidadãos.

Mas quem é o juiz? É a pessoa habilitada, sem qualquer envolvimento ou interesse na controvérsia que lhe é apresentada, apto a resolvê-la. Como ensina o jurista e ex-ministro do Supremo Eros Grau, "os três cânones primordiais da ética judicial são a neutralidade a independência e a imparcialidade".

Há mais de 20 anos nesta Folha, a venerável professora Ada Pellegrini Grinover provocava a questão com o artigo "Quem são esses juizes?" ("Cotidiano", seção Data Venia, 22/1/1995) e, num texto acessível ao público leigo, respondia.

Ela explicava que os então famosos juizes italianos Giovanni Falcone, Paolo Borsellino e Antonio Di Pietro não eram juizes, mas integrantes do Ministério Público.

Na Itália, a Promotoria e magistratura são a mesma carreira, por absurdo que isso seja, e todos usam o título de "juiz", ainda que seja acusador. Eles se dizem "juizes requerentes" e "juizes decidentes". Juiz de verdade nunca requer, quem o faz são promotores e advogados. Juiz requisita, manda.

"Por isso, não deve ser motivo de estranheza que os 'juizes' italianos pareçam se exceder no exercício de suas funções. Trata-se de inquisidores, trata-se de acusadores, perfeitamente situados no cargo que ocupam", escreveu a professora.

A mestra desde então advertia que nossa literatura vê, nesses promotores que usam o título de "juiz" o "magistrado emblemático, modelo para o juiz brasileiro".

Na revista "Veja" da última semana, o excelente jornalista André Perty informa que o juiz Sergio Moro tem um tripé constituído por prisão, delação e divulgação. (Aliás, depois disso, negar que as prisões são feitas para arrancar delações é tapar o Sol com peneira.)

O texto da revista diz ainda que a delação seria vista pelo magistrado como "a única forma de chegar aos mandantes de uma organização criminosa", como se fosse missão dele chegar a algo que não fosse a justiça do caso concreto!

A pergunta que devemos nos fazer é esta: que imparcialidade, que neutralidade podem ter esses juizes que comandam operações, participam de investigações, prendem antes do julgamento não porque a liberdade do investigado represente risco à sociedade ou ao processo, mas "para marcar a 'seriedade do crime' e mostrar [a quem?] que até 'em sistemas judiciais morosos' a justiça pode funcionar"?

Ora, se já de saída se afirma que o crime é sério e prender demonstra que a Justiça funciona, que espaço resta para o julgamento? Nenhum. O investigado já sai condenado, como na inquisição (que se dizia santa), em que a pessoa era julgada por seu acusador.

O combate ao crime é típica atividade do Executivo, por meio da polícia e do Ministério Público, que é seu braço independente e autônomo. Essa atividade invariavelmente vai colidir com direitos individuais. É preciso alguém não envolvido para dizer ao investigado que a lei o obriga a submeter-se a isso, ou ao Estado que sua atuação está sendo abusiva. Tampouco se abre mão da necessidade dessa neutralidade e imparcialidade na hora da apreciação final da prova coletada.

E quando os juizes se tornam investigadores e acusadores, ficamos sem ter quem nos julgue, o que é gravíssimo. Voltando a citar Ada Grinover, "não se confunda a atuação eficiente do Ministério Público italiano com o efetivo e atento controle jurisdicional, a ser exercido por um juiz imparcial. Este, afinal, não está comprometido com a luta contra o crime: está comprometido exclusivamente com a justiça".

Por isso, se um reino eu tivesse, eu prontamente e de bom grado o trocava por um juiz que fosse neutro, independente e imparcial.

ARNALDO MALHEIROS FILHO, 64, advogado criminal, é presidente do Conselho Deliberativo do Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD

11 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Transformar a corrupção em crime hediondo é inócuo

PARA EX-MINISTRO DO STJ, PROBLEMA DA IMPUNIDADE
DECORRE DA FALTA DE PESSOAL NO JUDICIÁRIO
E DA BAIXA QUALIDADE DE MUITAS INVESTIGAÇÕES

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

Ex-ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), o advogado Gilson Dipp diz que transformar corrupção em crime hediondo ou aumentar a pena é uma medida inócua. “Se aumento de pena fosse intimidar, não teríamos mais crimes hediondos. Nenhum. Mas o tráfico aumenta, o homicídio aumenta”, afirma.

Para ele, o problema da impunidade no país decorre da falta de funcionários na Justiça e no Ministério Público e da baixa qualidade de muitas investigações.

Aposentado no ano passado, Dipp, 70, escreveu um parecer para uma das empresas investigadas na Operação Lava Jato, a Galvão, na qual diz que a delação premiada do doleiro Alberto Youssef é imprestável porque ele já descumpriu um acordo anterior.

Criador das varas especializadas em lavagem de dinheiro, Dipp incentivou o trabalho de juízes federais como Sergio Moro e Fausto de Sanctis, mas é contra proposta defendida por eles de mandar para a prisão a partir de decisão de segunda instância, como ele diz nesta entrevista.

RAIO-X
GILSON DIPP, 70

NASCIMENTO
Passo Fundo (RS), em 1944

FORMAÇÃO
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS

CARRERA
Ministro do STJ (1998 a 2014)

Corregedor Nacional de Justiça (2008 a 2010)

Coordenador da Comissão Nacional da Verdade (2012)

“Temos que discernir entre punição, manutenção de empregos e a estabilidade da economia. É muito difícil aqui escolher prioridades. O interesse social está na punição, mas também está na manutenção dos empregos

Folha - O sr. escreveu um parecer dizendo que a delação de Youssef é imprestável porque ele descumpriu um acordo anterior. Há outros problemas na Operação Lava Jato?

Gilson Dipp – Estamos numa situação excepcional. Os mesmos delitos imputados aos acusados estão sendo examinados concomitantemente por um juiz de primeiro grau e pelo Supremo Tribunal Federal, com passagens pelo Tribunal Regional Federal e pelo STJ. Isso nunca aconteceu no Brasil.

É um processo que envolve todos os graus da Justiça. E temos acordos de delação sobre os mesmos ilícitos que são feitos no primeiro grau e homologados no Supremo, no caso de deputados e senadores. Isso vai causar dúvidas. O meu entendimento é que, tendo os mesmos ilícitos e as mesmas provas, deveria haver uma unidade de juízo para que não houvesse decisões contraditórias.

CONTINUA

Uma prova pode incriminar alguém em primeiro grau e inocentar outro no Supremo.

Pode acontecer. O Supremo sempre manteve a unidade de juízo, inclusive na ação penal do mensalão. Os que tinham foro privilegiado e os que não tinham foram julgados pelo Supremo. Após o mensalão, percebeu-se que um processo desse tamanho paralisa o Supremo, e só ficaram lá os casos dos políticos que têm foro privilegiado.

O sr. concorda com a divisão?

Entendo que, havendo conexão de provas, apenas um juízo deveria tomar decisões, como foi no mensalão. Sou contra o foro privilegiado para políticos, mas, já que há, o Supremo deveria ficar com todas as ações penais.

A investigação da Lava Jato está sendo bem-feita?

Parece que sim. Tanto que já gerou várias ações penais e algumas condenações. O que é peculiar é que boa parte dessa investigação decorreu de acordos de delação premiada. Isso causa uma certa perplexidade.

Qual o problema?

Não é um problema. Delação é um instituto legal que já vinha sendo usado. A colaboração é um instrumento de obtenção de elementos de provas, e não de provas. Tudo que é dito tem de ser investigado e provado.

Há problemas em alavancar a apuração com delações?

Não. É um método de atalhar a investigação. Em vez da pesquisa de campo, já se parte de uma informação relevante. Resta saber se em alguns casos existiu voluntariedade do colaborador. Não posso afirmar isso, mas já ouvi que as prisões preventivas foram longas para facilitar

acordos de delação. A preocupação deve ser com a qualidade das provas. As operações Satiagraha e Castelo de Areia tinham provas ilícitas.

O STF libertou dez empreiteiros com o argumento de que o juiz Sergio Moro havia exagerado no tempo da prisão preventiva. O sr. concorda?

A prisão provisória só se sustenta em casos em que o acusado possa interferir na prova, ameaçar testemunha, escapular ou, num conceito muito amplo, de manutenção da ordem pública.

Há um complicador, o excesso de prazo. O prazo da preventiva é de 90 dias. Não sou juiz do caso, mas acho que a prisão não era mais necessária, porque as provas já tinham sido colhidas.

O que o sr. acha de o Supremo ter ordenado que os presos usassem tornozeleira?

Os pressupostos das penas alternativas [como a tornozeleira] são os mesmos da prisão preventiva. Se não cabe prisão preventiva, não cabe pena alternativa. Mas não estou criticando o Supremo.

Os procuradores da Lava Jato têm dito que, além de investigar a Petrobras, querem aperfeiçoar o combate à corrupção e reduzir a impunidade no país, numa espécie de cruzada.

Não é apenas o Ministério Público. Tem o Executivo e o Congresso. Frente a uma indignação da sociedade, como os protestos de junho de 2013, lançaram um pacote de leis de ocasião, como se estivessem dando uma resposta à sociedade: criam-se leis, aumentam-se penas. Até a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) lançou um pacote de ocasião. Não precisa de lei nova nem aumento de pena.

Por quê?

Se aumento de pena fosse intimidar, não teríamos mais crimes hediondos. Nenhum. Mas o tráfico aumenta, o homicídio aumenta. Transformar a corrupção em crime hediondo é inócuo. Os presídios estão lotados e em péssimas condições. Alguém acha que vai deixar de haver corrupção no mundo se a pena for aumentada? Ou é a impunidade que gera os crimes?

Há algum ponto positivo nesse pacote de leis e propostas?

A Lei Anticorrupção é boa, mas complexa. Nós não tínhamos uma lei para responsabilizar a pessoa jurídica, como prevem as convenções internacionais. O que é curioso é que as palavras corrupção e suborno não aparecem na lei. Aparecem atos ilícitos.

A regulamentação da lei, que deveria tratar apenas dos programas de integridade, de "compliance", extrapolou. Ela prevê que a CGU [Controladoria Geral da União] tenha competência para abrir processo administrativo. A CGU só pode atuar em empresas como a Petrobras.

O regulamento também estipula que a multa mínima pode ser inferior à multa prevista na lei, de 1% a 20% sobre o faturamento do ano anterior. Tenho criticado isso há muito tempo. O regulamento não pode ultrapassar a lei, mas isso ocorreu porque ele foi contaminado pela situação factual. A CGU tem um protagonismo exagerado na lei.

Depois de editada a lei, o TCU [Tribunal de Contas da União] quer que todos os acordos de leniência passem pelo crivo dele. Será que isso diz respeito ao TCU? Tem protagonista que extrapolou os seus limites, e tem coadjuvante que nem deveria estar ali. O palco é pequeno.

11 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Por que persiste a sensação de impunidade nos crimes financeiros? Os juízes propõem que a pena de prisão seja aplicada a partir da segunda instância. Isso reduziria a corrupção?

Não. Claro que a celeridade no julgamento de um crime diminui a sensação de impunidade. Mas nosso sistema constitucional não permite isso, porque temos a presunção de inocência até a decisão definitiva. O que dá margem para muitos e inapropriados recursos. Mesmo que vingasse essa orientação [de prender após decisão de segunda instância], sempre haveria o habeas corpus.

Isso não seria possível no Supremo dos EUA.

Lá o sistema é diferente e não dá essa defesa imensurável. O nosso direito de defesa é o mais amplo do mundo.

Essa amplitude não atrasa o processo e gera impunidade?

Sim. O Judiciário e o Ministério Público não estão aparelhados nem têm gente para a quantidade de recursos que existem. Isso provoca demora excessiva no processo e gera a sensação de impunidade.

Como reduzir essa sensação?

É preciso ter uma investigação mais bem-feita e mais célere para que o Judiciário possa se manifestar com mais segurança.

O problema é a qualidade da investigação?

Não. É um conjunto de fatores. Quantas ações não foram anuladas pelas insuficiências da investigação? Quantas outras se perderam na burocracia ou no excesso de recursos no Judiciário? Temos que repensar o sistema.

Os procuradores dizem que empresas corruptas não merecem ser salvas, apesar de gerarem empregos. O sr. concorda que combater a corrupção é mais importante do que preservar empregos?

Não. Tem de haver bom senso entre todos os atores envolvidos. Temos que discernir entre punição, manutenção de empregos e a estabilidade da economia. É muito difícil aqui escolher prioridades. O interesse social está na punição, mas também está na manutenção dos empregos.

Os procuradores também criticam bastante a CGU, com o argumento de que as investigações da Lava Jato não acabaram e os acordos de leniência deveriam ser adiados.

As instâncias têm autonomia. O Ministério Público apura crimes. A CGU apura o processo administrativo e a responsabilidade das empresas para fins de indenização. Cada ator deve ficar no seu papel. O que é preciso verificar é se a lei pune as empresas para que o erário seja ressarcido ou pune com a pena de morte.

“ Se aumento de pena fosse ineficaz, não teríamos mais crimes hediondos. Nenhum. Mas o tráfico aumenta, o homicídio aumenta. Alguém acha que vai deixar de haver corrupção no mundo se a pena for aumentada? ”

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

11 MAI 2015

STF

Lamentável que se questione apenas se o indicado Luiz Fachin estaria ou não capacitado ao cargo, mas nada se aborde sobre a forma de seu provimento — livre escolha do Executivo. Já passou da hora de se discutir a criação de um colegiado formado pela magistratura federal, Ministério Público Federal e OAB, que teria a prerrogativa de indicar nomes para a suprema corte, inclusa a extinção da vitaliciedade. Ministros do STF devem ter mandatos. Não adianta tentar se combater o mal pelo efeito, se a raiz continuar frutificando.

LAFAYETTE PONDÉ FILHO (Salvador, BA)

Sergio Moro

O IBCCrim tem, estatutariamente, o dever de “estimular o debate público entre os variados atores, jurídicos e não jurídicos, da sociedade civil e do Estado sobre os problemas da violência e da criminalidade, e das intervenções públicas necessárias à garantia da segurança dos cidadãos no exercício de seus direitos fundamentais”. Incumbe-lhe debater, com pluralidade acadêmica, os principais temas das ciências criminais. Não é razoável que lhe cerceiem discussões sobre o caso criminal mais ruidoso do momento (“Advogados retiram apoio de seminário com juiz da Lava Jato”, “Poder”, 10/5), inclusive, com a possibilidade de denunciar eventuais abusos que estejam ocorrendo.

LEANDRO SARCEDO, advogado e doutor em direito penal (São Paulo, SP)

Se o seminarista fosse um dos corruptos que levaram a Petrobras ao fundo do poço, eles iriam participar? Antigamente se procurava escutar as pessoas que tinha influência positiva na sociedade. Hoje, se procura fazer um desmonte dessas pessoas. Força, Sergio Moro.

GILBERTO PAULINO DOS SANTOS (São Paulo, SP)

10 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Por um sistema carcerário eficiente

RICARDO LEWANDOWSKI

Não haverá paz social para ninguém se não fizermos da dignidade e do respeito, fora ou dentro de presídios, uma forma de atuação valorizada

Há quem defenda que o estágio de civilização de uma nação pode ser medido pela qualidade de suas prisões. A deterioração dos ambientes carcerários e o mínimo investimento em ações sociais para os que ali se encontram reforçam a incitação à criminalidade desses espaços, em que direitos são considerados artigos de luxo e regalias.

A expectativa de transformação das pessoas recolhidas aos presídios do país é certa: contudo, para pior, o que, seguramente, se dará em detrimento de todos nós.

A sociedade é a principal vítima dessa desordem institucional que domina as carceragens do Brasil; locais onde se cultua a multiplicação das violações, das ilegalidades e dos abusos. Ninguém se dá conta de que o Estado perde a legitimidade do direito de punir ao patrocinar essas atrocidades. Admitir-se que a superpopulação dos presídios é algo tolerável também não é cômodo.

Aliás, pouco se pensa no custo do preso para o Estado. Levantamentos indicam que os quase 580 mil presos que ocupam os presídios, ao custo médio mensal de R\$ 2.500 por preso, consomem todos os meses mais de R\$ 1,4 bilhão. É um gasto excessivo que pouco colabora para "recuperar" essas pessoas.

Outra questão precisa de resposta: quem estamos prendendo? As estatísticas desnudam algo estarrecedor: aproximadamente 42% do contingente de presos que temos não são de condenados definitivos.

Estudos do Ipea sinalizam que 37% desses presos provisórios acabam absolvidos ou recebendo outro tipo de pena, que não a de prisão. Assim, prendemos mal e antecipamos a punição como prática corriqueira de Justiça. E, pior que isso, fazemos ao sabor de um instrumento que sempre foi tido como exceção.

Desde a abertura democrática do país, aliás, nunca se prendeu tanto.

Não há mais como suportar esse modelo de administração de Justiça e de tolerância com condições infra-humanas de acautelamento prisional, sem qualquer comprometimento com a tão esperada "ressocialização" dos que experimentam o cárcere e sua aspereza.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) está em sintonia com essa realidade. Tem buscado, desde o primeiro dia de minha presidência, re-discuti-la com propostas de resultados, disseminando novas formas de funcionamento da Justiça criminal.

As audiências de custódia estão para demonstrar que o contato do juiz com aqueles que são autuados em flagrante faz a diferença na maneira de prender e manter presa uma pessoa provisoriamente.

Números da experiência modelo do projeto que nasceu no CNJ mostram, até agora, que aproximadamente 45% de prisões virtualmente desnecessárias foram evitadas.

O fomento e o incentivo à utilização de medidas cautelares alternativas, tornozeleiras eletrônicas e formas de mediação confirmam que é possível manter em liberdade pessoas que não representam perigo à sociedade, sem comprometer o ideário da segurança ou agravar o sentimento de impunidade.

O projeto "Cidadania nos Presídios", lançado na semana passada em Brasília, é mais ambicioso. A partir do cultivo de um diálogo entre atores que interagem na execução da pena e na administração das prisões, pensa-se em um conceito de justiça penal mais humana, valorizando a dimensão da pessoa submetida à presença do juiz.

Não haverá paz social para ninguém se não fizermos da dignidade e do respeito a todos, fora ou dentro de presídios, uma forma de atuação valorizada institucionalmente. É hora de avançarmos nesse plano.

RICARDO LEWANDOWSKI, 66, é presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

10 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Alibi Para amenizar a debandada, os tucanos argumentam que a aprovação de Fachin na CCJ já é esperada e que estarão presentes na votação em plenário, quando a maioria da bancada do PSDB tende rejeitar sua indicação.

Voo solo Na sabatina, o papel de questionar publicamente o postulante deve ser desempenhado apenas pelo líder Cássio Cunha Lima (PB).

par de vasos Senadores de vários partidos relatam constrangimento com a insistência do postulante ao STF em levar sua mulher, a desembargadora Rosana Fachin, às audiências.

Sem clima A queixa dos parlamentares é que a presença da mulher inibe questionamentos mais duros à atuação pregressa do advogado, sobre a qual mesmo governistas manifestam dúvida.

Deixa quieto O silêncio de Ricardo Lewandowski sobre a emenda que obriga ministros do STF a fazerem nova sabatina no Senado para se aposentarem aos 75 anos visa não tumultuar ainda mais o ambiente da votação de Fachin, para quem o presidente da corte está em campanha.

Deixa estar Integrantes da corte dizem que, quando for submetida ao controle de constitucionalidade, a exigência de nova arguição “não vai durar cinco minutos no plenário” do Supremo.

ELIO GASPARI

FACHIN

Ninguém pode prever o comportamento do Senado na apreciação do nome do advogado Luiz Fachin para o Supremo Tribunal.

Certamente há “çábios” do Planalto acreditando que ganham a parada, assim como em janeiro acreditavam que derrotariam a candidatura de Eduardo Cunha à presidência da Câmara.

Há uma diferença entre as duas situações: contra Eduardo Cunha já não havia linha de recuo. No caso de Fachin, tanto ele como o governo podem desistir da indicação.

tiroteio

A insistência de Fachin em justificar a situação ilegal compromete mais sua nomeação ao STF que a própria ilegalidade.

DO SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP), sobre o indicado por Dilma ter exercido advocacia privada enquanto foi procurador no Paraná.

10 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Advogados retiram apoio de seminário com juiz da Lava Jato

Presença de Sergio Moro revolta criminalistas que tradicionalmente patrocinam evento de direito penal

Arnaldo Malheiros, Celso Vilardi e José Luis de Oliveira Lima estão entre os que se recusam a financiar IBCCrim

BELA MEGALE
DE SÃO PAULO

Escritórios de advocacia que defendem empresários investigados pela Operação Lava Jato decidiram que não apoiarão a nova edição do seminário anual do IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), considerado um dos eventos de maior prestígio do mundo jurídico.

O motivo dos escritórios, que tradicionalmente patrocinam o evento, é a participação do juiz federal Sergio Moro, que conduz os processos da Lava Jato no Paraná, em uma das mesas da 21ª edição do seminário, em agosto.

Quatro advogados confirmaram à *Folha* que não financiarão o seminário deste ano por causa do convidado.

Entre eles estão José Luis de Oliveira Lima, defensor de Ertton da Fonseca, diretor da Galvão Engenharia; Celso Vilardi, advogado de João Auler, presidente do conselho de ad-

ministração da Camargo Corêa; e Arnaldo Malheiros, que mantém em sigilo o nome de seu cliente na Lava Jato.

“Não vou pagar para dar palco a quem viola constantemente o direito de defesa e falará sobre colaborações que sabemos bem como se dão”, afirmou Malheiros, referindo-se à delação premiada, tema da mesa composta por Moro.

Parte dos criminalistas que trabalham na Lava Jato condena esse tipo de colaboração. E alguns ainda reclamam que as prisões decretadas por Moro foram usadas como pressão para obter delações.

Descontente com o palestrante, um dos advogados chegou a pagar a primeira parcela de sua cota de R\$ 12 mil no evento, mas pediu depois que ela fosse direcionada à biblioteca do instituto.

ANIMOSIDADE

Outros dois escritórios ainda não têm posição definida sobre o patrocínio. Um deles é o de Antonio Mariz, defensor de Eduardo Leite, vice-presidente da Camargo.

Há animosidade até entre quem, por outro motivos, havia decidido não apoiar o evento. “Decidi não patrocinar o seminário no início do

ano, mas, se estivesse no grupo, retiraria meu apoio”, disse David Teixeira, advogado do lobista Fernando Soares.

Segundo organizadores do evento, mais profissionais envolvidos na Lava Jato manifestaram contrariedade com a presença de Moro no evento. Mas cederam após conversas com o comitê do IBCCrim. Um deles teria sido Alberto Toron, ex-presidente da entidade e defensor do empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC.

Os organizadores chegaram a discutir a conveniência de cancelar o convite a Moro, mas decidiram mantê-lo. “Não somos teatro para dar palco a ninguém”, disse Sérgio Salomão Shecaira, presidente do comitê organizador do IBCCrim. “É um seminário acadêmico e me causa surpresa esse tipo de manifestação.”

Na contramão dos protestos, outros advogados apoiam a participação de Moro, como Roberto Podval, defensor do ex-ministro José Dirceu. “Será um prazer debater com ele”, afirmou. A mesa de Moro está marcada para 28 de agosto e contará com os advogados e acadêmicos Lenio Streck e Renato Silveira. O evento terá 70 palestrantes e espera público de mil pessoas.

10 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Procuradores pedem suspensão de lei que originou protestos no PR

Para Ministério Público de Contas estadual, projeto que altera regime previdenciário de servidores é 'inconstitucional, ilegítimo e ilegal'

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

O Ministério Público de Contas do Paraná pediu, na última sexta (8), a suspensão imediata da lei que alterou o regime previdenciário dos servidores públicos estaduais.

A mudança foi o pivô das manifestações que culminaram na ação policial que deixou ao menos 180 feridos em frente à Assembleia Legislativa do Estado, no dia 29/4.

Segundo a medida cautelar, o projeto aprovado pelos deputados é "inconstitucional, ilegítimo e ilegal", ao ferir o equilíbrio financeiro e atuarial da previdência previsto na Constituição.

A gestão Beto Richa (PSDB) quer passar 33 mil aposentados do fundo financeiro (do deficitário caixa do governo) para o fundo previdenciário, espécie de "poupança" que recebe contribuições do Estado e dos servidores e tem saldo positivo de R\$ 8,5 bilhões.

Com isso, o governo, que vive crise financeira, economizaria R\$ 1,7 bilhão/ano.

Nada mudaria agora no pagamento dos benefícios, mas servidores argumentam que o projeto diminui a vida do fundo de 57 para pouco mais de 30 anos e coloca em risco a sobrevivência do sistema.

Para os procuradores, a alteração afronta o princípio da contributividade —servidores que nunca contribuíram para o fundo teriam aposentadorias pagas por ele.

Eles dizem ainda que o projeto foi aprovado de forma "abrupta, sem a adequada discussão e reflexão", e que o governo tem "evidente pretensão" de se "apropriar" dos

recursos. "Esse projeto traz profundas repercussões para gerações futuras", escrevem os procuradores.

Eles veem risco de que, quando o fundo acabar, o governo sacrifique investimentos e gastos com saúde e educação para cumprir obrigação de pagar aposentadorias.

Cabe ao Tribunal de Contas do Estado —cujos conselheiros são escolhidos pelo governo e aprovados pela Assembleia, onde o tucano tem maioria— efeito prático sobre a medida cautelar. Caso concorde com ela, o TCE poderia sustar a aplicação da medida.

O governo do Paraná ainda não foi notificado da medida cautelar, mas informou que todas as suas ações estão "juridicamente amparadas".

"A aprovação da lei seguiu todos os trâmites adequados na Assembleia Legislativa, e o governo estadual está seguro de que há respaldo legal ao projeto", informou a assessoria do Estado.

O projeto, ressalta o governo, foi idealizado em parceria com o Ministério Público do Estado e com os servidores, com base em cálculos atuariais de especialistas.

FOLHA DE S. PAULO

Dilma aciona ministros a fim de conter resistência contra Fachin

Indicado ao Supremo é rejeitado por Renan e bancada ruralista

Temendo uma derrota no Senado, a presidente Dilma Rousseff acionou ministros a fim de reduzir as resistências à indicação do advogado Luiz Edson Fachin ao STF (Supremo Tribunal Federal).

A rejeição vem principalmente do presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da bancada ruralista. Fachin declarou apoio à petista na campanha de 2010 e tem histórico de proximidade com movimentos sociais.

Membros do governo se preocupam com o que chamam de “escalada de agenda conservadora” no Legislativo e veem risco à aprovação.

A rejeição, porém, não é consenso no PMDB. Parte dos senadores da sigla considera injusto sacrificar o advogado em retaliação ao Planalto.

A oposição também está dividida. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), crítico do PT e do governo, é relator da indicação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e defende a aprovação de Fachin.

O tucano se tornou um de seus principais defensores — ele era governador do Paraná quando Fachin foi nomeado procurador do Estado.

Em contraponto a Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que divulgou parecer da consultoria do Senado contrário à indicação, Dias pediu nota técnica em favor dela — é praxe que a seção faça textos acompanhando a posição defendida pelo senador que o pediu.

O primeiro parecer acusa Fachin de exercer ilegalmente a advocacia no período em que foi procurador. O argumento é que a Constituição estadual vedava a prática.

A nota de Dias vai em sentido contrário: Fachin foi autorizado a manter o ofício pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Paraná. (GABRIELA GUERREIRO E NATUZA NERY)

09 MAI 2015

09 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

'Não tem ninguém mais ferido do que eu', afirma Richa

Governador do Paraná pede desculpas à sociedade ao falar sobre ação policial que feriu quase 200 pessoas

Pressionado até por aliados, tucano trocou secretário da Segurança, a terceira baixa seguida de seu primeiro escalão

ESTELITIA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Pela primeira vez desde a ação policial que deixou quase 200 feridos numa manifestação contra sua gestão, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), pediu desculpas à sociedade pelo episódio.

"Não tem ninguém mais ferido que eu", disse o tucano.

Pressionado até por aliados, Richa fez três trocas no primeiro escalão em quatro dias. Saíram Fernando Xavier Ferreira (Educação), Cesar Vinicius Kogut (comando-geral da PM) e, nesta sexta (8), o secretário da Segurança Pública, Fernando Francischini. Este após intensa troca de acusações com Kogut sobre a responsabilidade pela ação.

Folha - Nove dias se passaram desde o confronto. O sr. ainda defende a ação da PM?

Beto Richa - O que eu defendi foi o cerco da Assembleia [para votar projeto governista sobre a previdência]. O episódio foi lamentável, ninguém

desejava que isso acontecesse. Eu pedi o tempo todo para a polícia que fosse tolerante.

Mas isso não aconteceu. A coisa fugiu do seu controle?

Eu não estava no controle da operação. Há imagens de manifestantes partindo para cima da polícia, de radicais tirando pedras do calçamento para atirar nos policiais. Em determinado momento, eles ficaram acuados e reagiram. Agora, se houve excesso, o inquérito é que vai apurar.

O governo deve desculpas?

Posso te assegurar: não tem ninguém mais ferido do que eu. Eu estou ferido na alma. O mais prejudicado hoje sou eu. Ao meu ver, o governo deve desculpas, sim. E o sindicato dos professores. Devem desculpas à sociedade paranaense e brasileira pelo episódio lamentável.

Mas o sindicato não foi responsável pela ação policial.

Mas divulgou erroneamente, irresponsavelmente, para todos os professores e servidores, que eles iriam perder suas aposentadorias.

Qual a estratégia do sr. para recuperar a popularidade?

Acho que vamos recuperar, com muito trabalho. Não foi fácil fazer o que fiz. Ninguém

gosta de aumento de imposto ou taxação de aposentadoria. Na hora que o Paraná estiver fazendo obras — e outros Estados, que não fizeram sua lição de casa e seus ajustes fiscais, estiverem em dificuldades —, a verdade aparecerá.

O secretário da Fazenda diz que o Paraná gastou mais do que devia.

Mas veja, não foi nada ilícito. Foi para fazer o melhor. Talvez eu tenha dado um passo maior que a perna. Houve muitos investimentos, aumentos salariais. Daí a economia parou, a receita caiu, e tivemos dificuldades.

O PSDB está preocupado com a possibilidade de seu governo se tornar um alvo contra o partido no país?

Essa preocupação sempre houve. Desde a outra greve, já tinha recebido recados de Brasília, não só do meu partido, de que eu e o Geraldo Alckmin somos alvos da oposição. Até para embaralhar esse jogo, após fortes ataques que o PT vem sofrendo.

E de fato: se você for ligar a TV hoje, é só greve de professores. E não só no Paraná. Agora está havendo no Paraná, também governado pelo PSDB. Queira ou não, conseguiram desviar o foco. Pelo menos momentaneamente.

09 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

DIREITO DE QUEM

O YouTube entrou no mês passado com processo contra o Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) para exigir que o órgão fornecesse a lista de artistas e compositores que deveriam receber direitos autorais por terem seus vídeos exibidos no site e os percentuais pagos a cada um deles. O YouTube parou de pagar à instituição o valor referente aos direitos de exibição de músicas em 2013.

DIREITO DE QUEM 2

“Fazer o repasse do pagamento dos direitos para os músicos é uma prerrogativa do Ecad. Essa ação é protelatória”, explica Rodrigo Salinas, o advogado que representa a instituição na ação.

DIREITO DE QUEM 3

O site de exibição de vídeos também pediu a manutenção do segredo de justiça do processo, mas teve o requerimento negado em decisão do TJ do Rio de Janeiro.

08 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Na hora certa

Mudança na aposentadoria compulsória, dos 70 para os 75 anos, deveria ser estendida a todo o funcionalismo público

Conhece-se, no campo dos estudos literários, o risco da “superinterpretação”. Alguns teóricos advertem para a tendência exagerada de procurar intenções ocultas e mensagens criptográficas, muitas vezes a contrapelo do sentido geral da obra que se analisa.

Mais que na teoria literária, é inevitável no mundo político o hábito de interpretar em excesso, descobrindo-se armadilhas em qualquer movimento, palavra ou decisão.

Surgem com ressonâncias de pureza, de qualquer modo — e não se afastam da imagem de integridade pessoal deixada por seu autor —, as explicações dadas pelo ex-senador Pedro Simon (PMDB-RS) acerca da proposta de emenda constitucional que apresentou em 2003.

Finalmente aprovada, a célebre PEC da Bengala ter-se-ia inspirado no caso de Paulo Brossard, que foi seu colega de Senado. O opositorista gaúcho, nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, teve de se aposentar aos 70 anos — “no auge de sua capacidade”, diz Simon — sem chegar ao posto de presidente daquela corte.

Modificando a data da aposentadoria compulsória dos membros de tribunais superiores para os 75 anos, a emenda enfim reconhece uma realidade demográfica e social que não é de difícil comprovação.

Num país em que a expectativa de vida passou dos 52,4 anos para quase 75 anos, de 1960 aos dias de hoje, não é mais razoável considerar como incapacitado profissionalmente alguém que chega aos 70.

O princípio, inclusive pelo impacto positivo que possa ter no sistema previdenciário, deveria ser estendido a todo o funcionalismo público, e não restringido às instâncias judiciais contempladas na PEC.

Apesar da clara oportunidade da medida, nem por isso se afastam interpretações e cálculos inerentes ao mundo da política.

Sim, a emenda retira da presidente Dilma Rousseff (PT) o poder de indicar novos nomes para o STF. O raciocínio, porém, nem chega a ser tão pertinente assim.

Não porque a presidente tenha se mostrado lenta e até enfadada diante de tais oportunidades, mas sim porque, uma vez empossado em caráter vitalício, cada ministro termina seguindo seus próprios rumos e convicções.

Em campos opostos no julgamento do mensalão, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski, por exemplo, foram ambos escolhidos pelo então presidente Lula.

Ainda que a renovação do Supremo possa ser conveniente para os propósitos de Dilma, não há motivos para avaliar a aprovação da PEC exclusivamente a partir da ótica do Planalto ou da oposição.

Que seja vista, antes, como a vitória de uma atitude mais sensata, e menos preconceituosa, a respeito do que seja a idade adequada para o trabalho no poder público.

08 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Parecer no

Senado acusa

indicado para

o Supremo

Senador do PMDB encomendou e distribuiu nota técnica contra Fachin

Documento sustenta que o advogado exerceu a profissão de forma ilegal quando era procurador do Paraná

**GABRIELA GUERREIRO
RANIER BRAGON**

DE BRASÍLIA

Uma nota técnica da consultoria do Senado, distribuída aos parlamentares pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), acusa o advogado Luiz Edson Fachin de ter exercido ilegalmente a advocacia no Paraná na época em que era procurador do Estado.

Fachin foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para o STF (Supremo Tribunal Federal) na vaga do ex-ministro Joaquim Barbosa.

O advogado vai ser sabatinado na próxima semana pelo Senado, que também votará sua indicação para a corte.

Na nota técnica distribuída nesta quinta, o consultor do Senado João Trindade Cavalcante Filho diz que Fachin violou o "ordenamento legal" porque a Constituição do Estado do Paraná vedava aos procuradores o exercício da advocacia privada. Fachin foi nomeado procurador no início da década de 90.

A nota foi elaborada pelo consultor a pedido de Ferraço. Todos os senadores são autorizados a pedir pareceres técnicos à consultoria — é comum na Casa que o órgão elabore pareceres com a posição solicitada pelo parlamentar.

O PMDB trabalha nos bastidores contra a indicação de Fachin, em movimento liderado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). A rejeição do nome do advogado seria mais uma retaliação da sigla à presidente Dilma.

Renan entrou em rota de colisão com o Palácio do Planalto desde que seu nome foi incluído entre os investigados pelo STF na Operação Lava Jato, que apura corrupção na Petrobras. O peemedebista também não digeriu a substituição de Vinícius Lage, seu afilhado político, no Ministério do Turismo. Ele acabou sem cargos no governo federal.

As acusações de que Fachin exerceu a advocacia privada ilegalmente surgiu há duas semanas, quando o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) leu seu parecer favorável à indicação do advogado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde ele será sabatinado.

O tucano pretende solicitar à consultoria outra nota em defesa de Fachin.

Dias reuniu outras três notas técnicas elaboradas pela OAB-PR (Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná), Associação dos Procuradores do Estado do Paraná e pelo seu próprio gabinete com fundamentos jurídicos favoráveis ao exercício da advocacia privada pelo então procurador do Paraná.

DEFESA

Desde que foi indicado ao Supremo, Luiz Fachin vem percorrendo gabinetes dos parlamentares para pedir apoio ao seu nome, inclusive o de Renan.

Nessas conversas, o advogado usa os mesmos argumentos das entidades para se defender junto aos senadores: afirma que dupla atividade é legal em certas circunstâncias e que a legislação do Paraná não estabelecia nenhum veto quando ele foi nomeado procurador.

"Ele advogou autorizado pela OAB, que carimbou sua carteira impedindo apenas o exercício da advocacia contra o próprio Estado", afirmou Álvaro Dias. "Não há sentido ele ser rejeitado por causa desse caso."

CONTINUA

Advogado afirma que a legislação lhe dá respaldo

DE BRASÍLIA

Indicado à vaga de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) pela presidente Dilma Rousseff, o advogado Luiz Edson Fachin afirma que o exercício da advocacia conjuntamente com o cargo na Procuradoria é legal.

Ele sustenta que a legislação federal sobre o assunto só proíbe a atuação simultânea nos casos em que o Estado for réu.

Assim como a OAB-PR (Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná), Fachin também sustenta que a Constituição do Paraná, antes de ser reformada, em 1999, não ve-

dava a advocacia privada para procuradores do Estado.

Além da OAB, esses argumentos a favor do advogado têm sido repetidos pela Associação dos Procuradores do Estado do Paraná e pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), defensor da indicação de Fachin ao STF.

Álvaro Dias é autor de um parecer favorável à aprovação da indicação de Fachin na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, onde o advogado indicado por Dilma deverá ser sabatinado na semana que vem.

Por meio de sua assessora, Luiz Fachin afirmou estar tranquilo quanto à legalidade de sua atuação como advogado no Paraná enquanto era procurador do Estado porque a legislação respalda a sua atuação profissional da época.

CONTINUAÇÃO

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que o Fachin se cercou de todos os cuidados e não cometeu irregularidades: “Ele já tinha me informado sobre essa situação, que ele prestará esclarecimentos com tranquilidade na sabatina”, afirmou.

Cardozo acrescentou que Fachin lhe disse que o edital do concurso permitia o exercício da advocacia e que, mesmo assim, houve aval da Procuradoria. “Pode haver uma discussão jurídica, mas as cautelas tomadas pelo professor Fachin [...] naquele período mostram que não existe uma situação que absolutamente o desabone em nada.”



O advogado Luiz Fachin, indicado por Dilma para Supremo

FOLHA DE S. PAULO

REINALDO AZEVEDO

O prazer da política. Ou: ainda Fachin

Os presidentes da Câmara e do Senado dizem que a PEC da Bengala não foi retaliação. Que pena!

08 MAI 2015

FUI ACUSADO por alguns bocós de ter dado início a uma campanha “reacionária” (claro!) contra a indicação do advogado Luiz Edson Fachin para o Supremo. Espero, sim, que a maioria dos senadores tenha a responsabilidade de recusar o seu nome. Expus aqui e em toda parte os motivos, ainda que eu me congratule com Dilma: a indicação ajudou a aprovar a PEC 457, a mal chamada “PEC da Bengala”.

A presidente definiu um perfil para as cinco indicações que ainda faria se ficar no poder até 2018, e os deputados formaram seu juízo. “Não foi retaliação”, dizem os respectivos presidentes da Câmara e do Senado. Que pena! Prefiro pensar que sim. Torna o jogo mais inteligente. É o prazer da política.

É preciso debater o que pensa Fachin. Cadê? Quando foi que começamos a substituir o debate por “likes” e “memes”? A ficar dependentes de bandidos para nos dividir ou nos juntar? A trocar a política pela polícia? A cultivar um ódio displicente pelas convicções? O que foi feito, em suma, do prazer da política, especialmente na imprensa, ou no pouco que dela restou imune àquela inflexão militante das redes (anti)sociais?

Raramente saio por aí acusando fulano ou beltrano de ter cometido crimes. Não porque eu seja bonzinho, mas porque sou de outra enfermaria. As esquerdas me detestam não porque eu as considere bandidas, mas porque eu as considero erradas. E mais erradas quanto mais fiéis a seus propósitos: um psolista pode ser menos larápio do que um petista, mas

será sempre mais estúpido. Importa-me menos a agressão dessa gente ao Código Penal do que à civilização — e ambas têm de ser recusadas.

Eu me ocupo mais dos ladrões de lógica do que dos ladrões de dinheiro público — e respeito, sim, quem se dedica ao nobre mister da investigação. Mas há um problema quando já não conseguimos mais nos excitar sem o auxílio de um BO ou de uma investigação da PF ou do MP. Vibrar com esse tipo de coisa não revela uma boa alma, acreditem.

Acho, é evidente!, que alguém que continuou na advocacia privada quando era procurador do Estado não pode ser ministro do Supremo. É o caso de Fachin. Mas o Senado não deve recusá-lo principalmente por isso, senão porque é um militante em favor de valores que afrontam a Constituição. Que os esquerdistas tenham a coragem, ora bolas!, de defender a indicação de um legítimo adversário da propriedade privada e da organização da família como a conhecemos.

Esquerdistas me acusarem de reacionário por revelar o pensamento do candidato sugere que aponte um defeito que queriam esconder. Ora, mas eles não defendem o doutor justamente em razão dos prediados que repudio? Ocorre que essa turma quer xingar e calar vozes contrárias, não debater.

Só a falta de clareza, a disposição de enganar o eleitor ou o compadrio mesquinho podem levar senadores da oposição a referendar o nome de Fachin. Não! Eu nada sei contra a sua honra pessoal. Eu não

preciso de ficha policial para me opor a uma indicação ao Supremo.

Homens desonestos podem ter ideias honestas. Homens honestos podem ter ideias desonestas. Os senadores não estão escolhendo os respectivos maridos de suas filhas, mas uma forma de entender o ordenamento social e jurídico. Quando as esquerdas fizerem a revolução, que Fachin seja ministro, ora! Enquanto não, não!

FOLHA DE S. PAULO

Congresso promulga PEC da Bengala e líderes mandam recado a Dilma

08 MAI 2015

DE BRASÍLIA — O Congresso promulgou nesta quinta (7) a emenda constitucional que eleva a aposentadoria na cúpula do Judiciário de 70 para 75 anos, a PEC da Bengala.

Em recado à presidente Dilma Rousseff, os presidentes da Câmara e do Senado, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Renan Calheiros (PMDB-AL), negaram ter aprovado a PEC em retaliação à petista, que perdeu a certeza da indicação dos cinco próximos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Pela regra anterior, cinco ministros do STF que completam 70 anos até o final de 2018 teriam que deixar a corte antes do final do mandato de Dilma, o que permitiria à presidente escolher seus substitutos.

Segundo Renan, quando a

PEC foi aprovada pelo Senado, em 2005, nenhum “profeta” sabia quem seria presidente da República quando a emenda entrasse em vigor. “Se aprovado qualquer item, não falta quem acha que se trata de algo contra alguém”, queixou-se.

Ele alfinetou Dilma ao associar a economia gerada pela PEC ao ajuste fiscal que o governo quer aprovar no Congresso.

“Enquanto o Executivo castiga trabalhadores em busca de R\$ 18 bilhões, o Congresso dá sua contribuição ao ajuste imprópriamente denominado de fiscal e apresenta uma economia de R\$ 4 bilhões ao ano.”

Cunha disse que a Câmara cumpriu seu dever ao votar uma proposta que mantém em atividade pessoas em “plenas condições de trabalho”.

Justiça julga improcedente pedido de ministro do STF contra repórter

DE BRASÍLIA — O juiz substituto da 15ª Vara Cível do Distrito Federal, Valter André de Lima Bueno Araújo, julgou improcedente uma ação de indenização por danos morais movida pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes contra o jornalista Rubens Valente, da **Folha**, e a editora Geração Editorial.

Mendes pedia indenização de R\$ 200 mil, alegando ter sido ofendido no livro “Operação Banqueiro”, lançado em 2014, sobre os bastidores da operação da Polícia Federal que investigou os negócios do banqueiro Daniel Dantas.

Na decisão, tomada na terça (5) e divulgada nesta quinta (7), o juiz mencionou a liberdade de imprensa para considerar improcedente a ação.

“Em síntese, não foi demonstrada a divulgação de informação falsa ou o intuito difamatório nos trechos relacionados na inicial [proposta por Mendes], não sendo o caso, portanto, de acolher a pretensão do autor”, escreveu o juiz.

O advogado Rodrigo Mudrovitsch, que assinou a petição de Mendes, disse à reportagem que ainda não foi informado oficialmente sobre a sentença, mas irá recorrer. “Seguimos convictos de que os fatos narrados na ação mostram os danos à imagem do ministro”, disse.

Mendes foi à Justiça por considerar que o livro ataca sua imparcialidade, distorce sua biografia e deturpa o julgamento do habeas corpus a favor do banqueiro Daniel Dantas, investigado na operação.

Justiça decreta prisão de mãe acusada de envenenar filho

DO RECIFE - A Justiça do Ceará decretou a prisão preventiva de Cristiane Renata Coelho, 41, acusada de envenenar o marido, o subtenente do Exército Francileudo Bezerra Severino, 45, e o filho deles Lewdo Coelho Severino, 9.

A decisão também ordena a quebra de sigilo dos e-mails de Cristiane e de Francileudo e de seus perfis nas redes sociais. O objetivo é identificar se houve coautoria do crime. Os dados serão repassados à Polícia Civil.

Na segunda (4), o Ministério Público do Ceará apresentou denúncia contra Cristiane. Ela foi acusada de homicídio do filho e de tentativa de homicídio do marido em novembro de 2014. O advogado de Cristiane, Paulo Quezado, não atendeu as ligações da reportagem.

09 MAI 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Fachin não merece 1

“O Senado, não querendo aprovar a indicação ao STF do advogado paranaense Luiz Edson Fachin, no intuito de fazer ‘biquinho’ para a presidente Dilma, faz um desaforo ao Paraná e a todos os juristas do país”. Da vice-prefeita de Curitiba e secretária do Trabalho e Emprego, a advogada Mirian Gonçalves, sobre parecer encomendado pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) a um consultor legislativo da Casa, que aponta irregularidade funcional na carreira de Fachin quando era procurador do Estado no Paraná.

Fachin não merece 2

Segundo Mirian, que é petista, Fachin tem sofrido ataques sórdidos, apesar de ter construído no Paraná consenso inimaginável ao ser apoiado pelo senador Álvaro Dias, do PSDB, e por outros partidos, inclusive o PT. “Com isso, sofremos nós, que estamos vendo um homem sério, de conduta irrepreensível ficar neste fogo cruzado sem sentido”, finaliza Mirian.

Indicado pela presidente Dilma Rousseff para o Supremo Tribunal Federal, Fachin será sabatinado na próxima terça-feira pelo Senado.

Fachin não merece 3

E nesta sexta-feira a assessoria do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), divulgou a seguinte nota a respeito do assunto: “A propósito de parecer atribuído a um consultor legislativo e divulgado pela mídia, cabe esclarecer que se trata de opinião pessoal do signatário e não pode ser confundida, de maneira alguma, com a posição institucional do Senado da República. Ninguém individualmente, nem mesmo o seu Presidente, pode substituir o Senado da República, instituição da democracia que se manifesta de maneira plena somente pela vontade da maioria de seus membros”.

WILSON DE ARAÚJO BUENO

Abelardo & Fachin

Quem diria? Pois é verdade, o ex-deputado federal Abelardo Lupion, DEM, que sempre apareceu entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, na avaliação do DIAP, e que foi notório líder, por anos, da bancada ruralista da Câmara dos Deputados, está agora trabalhando a favor da aceitação do nome de Edson Fachin para ministro do STF. E o faz a pedido de sua amiga, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, a segunda grande madrinha de Fachin (a primeira é a presidente Dilma Rousseff) nessa empreitada “definitiva” do jurista paranaense. Uma das missões que Kátia Abreu teria delegado a Lupion – seu amigo de muitos anos – é para que seja o canal de esclarecimento sobre a chamada “ortodoxia democrática” de Fachin junto ao senador Caiado, de Goiás. Traduzindo mais claramente: acho que cabe a Lupion convencer Caiado que o nosso jurista não é um radical e nem trabalha como aliado de instituições à “gauche”, como o MST.

09 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Francischini não suporta a pressão e deixa o governo

Balançando no cargo desde o confronto do dia 29, ex-secretário de Segurança Pública pediu demissão nesta sexta-feira

| *Euclides Lucas Garcia*

Balançando no cargo desde o confronto entre policiais e professores no último dia 29 de abril, o secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, pediu demissão no fim da manhã desta sexta-feira (8), em carta endereçada ao governador Beto Richa (PSDB). O Palácio Iguazu informou que o delegado da Polícia Federal Wagner Mesquita de Oliveira, que comandava o setor de inteligência da Secretaria, responderá interinamente pela pasta.

Em coletiva de imprensa na última segunda-feira (4), coube a Oliveira apresentar vídeos com indícios da participação de “grupos radicais” — incluindo “black blocs” — no protesto do Centro Cívico, a quem atribuíram o “estopim” da crise. Foram apresentados diversos vídeos e fotografias que, para a secretaria, seriam “evidências” de que o confron-

to teria sido causado por eles.

Saída conturbada

A situação de Francischini começou a ficar insustentável justamente nessa coletiva, quando ele negou ter sido o responsável pela ação policial que deixou mais de 200 manifestantes feridos no Centro Cívico. Na ocasião, ele afirmou que todo o planejamento e execução foi de responsabilidade do comando da Polícia Militar (PM).

A repercussão negativa das declarações levou o governador a decidir pela saída de Francischini na quarta-feira (6). Segundo fontes do Executivo, ele teria entrado demitido numa reunião feita com o tucano pela manhã, mas saiu mantido como secretário após fazer um apelo emocionado para permanecer na função.

Nomesmo dia, porém, o cenário mudou com a divulgação de uma carta assinada por 17 dos 19 coronéis da PM em repúdio à postura de Francischini de atribuir à polícia toda a responsabilidade pelo confronto do dia 29. Além disso, causou ainda mais polêmica um desabafo feito no Facebook pela mulher dele, Flávia Francischini. No texto, sem citar nomes, ela fez críticas indiretas ao grupo político de Richa. Horas, depois apagou a postagem.

SUBSTITUTO

Indicado para ocupar interinamente o comando da Secretaria de Segurança Pública, Wagner Mesquita é delegado federal de classe desde 2003. Foi responsável pela Delegacia da PF em Foz do Iguaçu e conduziu operações contra o narcotráfico. Foi chefe do Departamento de Repressão a Entorpecentes, entre outros. Está na Secretaria desde dezembro de 2014.

A saída de Francischini tornou-se irreversível nesta quinta-feira (7), com o pedido de demissão do comando da PM do coronel César Kogut. Ele alegou ao governador “dificuldades insuperáveis” no relacionamento com a direção da Secretaria. À **Gazeta do Povo**, Kogut voltou a responsabilizar Francischini pela “batalha” do Centro Cívico. “O secretário conhecia e participou de tudo”, afirmou.

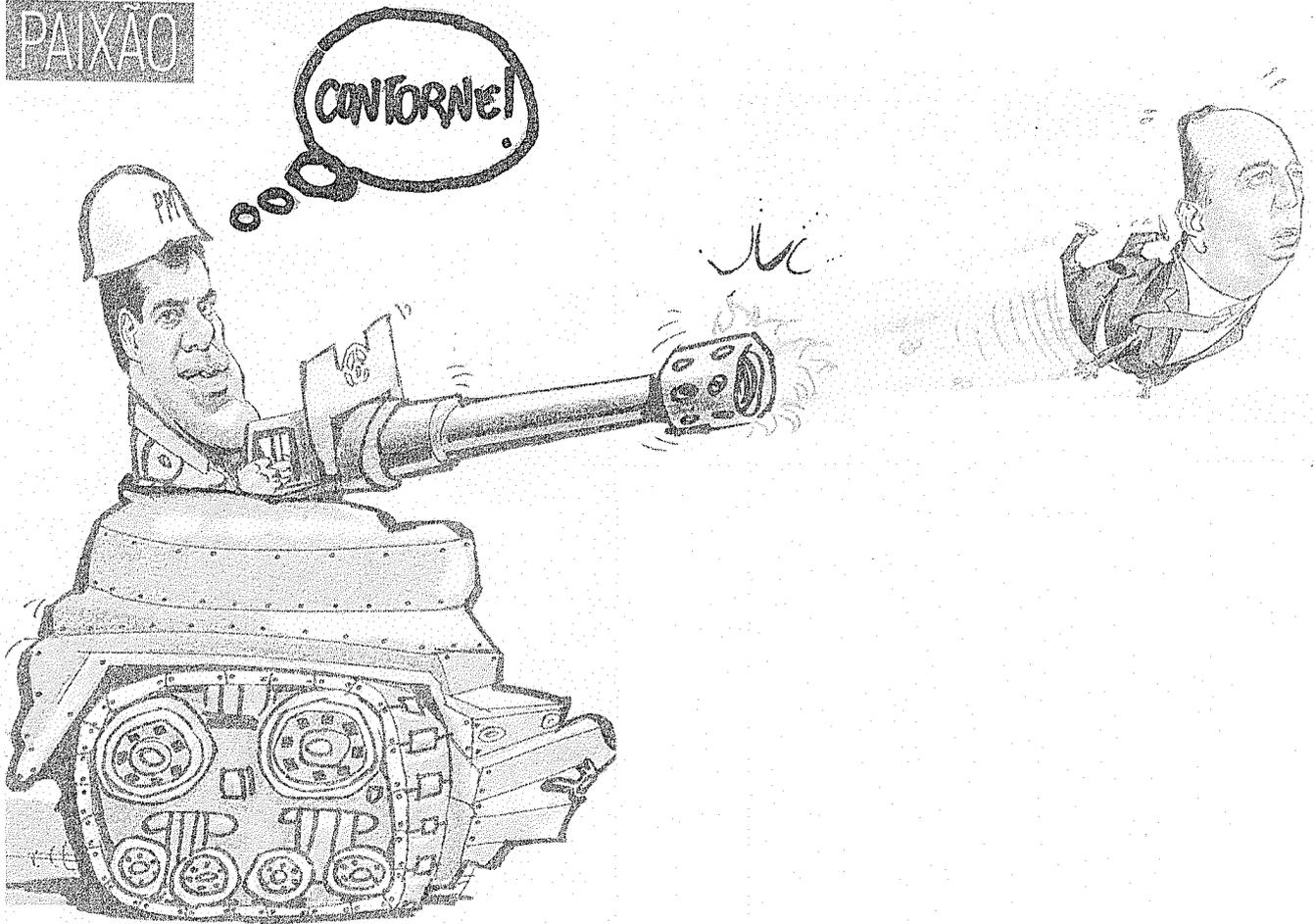
Deputado federal eleito pelo Solidariedade com quase 160 mil votos, Francischini vai reassumir o mandato na Câmara Federal no lugar do suplente Osmar Bertoldi (DEM).

Procurado pela reportagem por meio de sua assessoria de imprensa, Francischini optou por não dar entrevista.

09 MAI 2015

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



09 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Petrobras cobra na Justiça R\$ 1,2 bilhão de ressarcimento

A Petrobras vai cobrar na Justiça o ressarcimento de R\$ 1,278 bilhão de empreiteiras investigadas pela Operação Lava Jato. A estatal já entrou com ações judiciais contra duas empresas, Mendes Junior e Engevix, e prepara outras três ações contra as empresas Camargo Correa, OAS e Galvão Engenharia. As ações foram abertas em coautoria com o Ministério Público Federal. A decisão reflete o movimento da estatal para recuperar os valores desviados nos contratos, estimados em cerca R\$ 6 bilhões. De acordo com a companhia, as ações visam “garantir o ressarcimento integral dos prejuízos sofridos pela companhia, inclusive aqueles relacionados à sua reputação”.

A decisão também se dirige aos executivos das empreiteiras responsabilizados pelas irregularidades segundo a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Também o ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, é indicado para ressarcir os valores desviados para pagamento de propina a políticos, executivos e partidos.

Até o momento, já foram protocoladas duas ações que somam recursos de R\$ 452 milhões. No dia 30 de abril, foi aberto processo contra a empresa Engevix. Na ação, a estatal pede o ressarcimento de R\$ 154 milhões, que poderia ser pago pela holding controladora da empreiteira ou pelos executivos, citados nominalmente no processo. São eles o vice-presidente Gerson de Melo Almada e os representantes da Engevix nas negociações com a estatal,

Carlos Eduardo Strauch Albero, Newton Prado Junior, e Luiz Roberto Pereira. Paulo Roberto Costa também foi incluído como possível alvo para recuperação dos valores.

Contra a Mendes Junior Participações S/A, a estatal solicitou R\$ 298 milhões em indenização por dano material e multa. São listados como possíveis responsáveis pelo ressarcimento os executivos Sérgio Cunha Mendes, vice-presidente executivo do grupo, Rogério Cunha de Oliveira, diretor de Óleo e Gás, Ângelo Alves Mendes, vice-presidente corporativo, e os representantes nos contratos, Alberto Elisio Vilaça Gomes. Também foram listados o gerente de contratos José Humberto Cruvinel Resende e o ex-diretor Paulo Roberto Costa.

Outras cinco ações estão sendo preparadas e serão abertas “nas próximas semanas”, segundo a estatal. Os processos vão exigir o ressarcimento de R\$ 826 milhões referentes a contratos com a Camargo Correa, Galvão Engenharia e OAS. Procurada, empresas informaram que não iria se pronunciar.

Justiça dá prazo de 5 dias para ex-tesoureiro explicar depósitos

O juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, estabeleceu prazo de cinco dias para o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto explicar os depósitos de R\$ 583.400 feitos na conta de sua mulher. O montante foi transferido em diferentes operações, em dinheiro, entre os anos de 2008 e 2014 para a conta em nome de Giselda Rouse Lima. Segundo Moro, o dinheiro, “aparentemente”, não tem origem comprovada. O magistrado se pronunciou após o ex-tesoureiro pleitear a revogação de sua prisão preventiva. Vaccari está detido desde o dia 15 do mês passado. A força-tarefa da Lava Jato apura se duas operações de recebimento e envio de R\$ 400 mil em 2008 e 2009, usando a conta de Giselda, tiveram relação com o suposto pagamento de propina por parte da Toshiba no esquema de corrupção da Petrobras.

10 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Congresso vai discutir extensão da PEC da Bengala a todos servidores

Projeto de lei protocolado no Senado propõem que todo o funcionalismo do país possa se aposentar com 75 anos

■ A promulgação da PEC da Bengala na última quinta-feira (7) ainda não encerrou o debate em torno da elevação da aposentadoria obrigatória de 70 para 75 anos para ministros de tribunais superiores. No mesmo dia, o senador José Serra (PSDB-SP) apresentou um projeto de lei complementar para estender a medida a todo o funcionalismo público do país, abrangendo União, estados e municípios. Atingidos pela recém-promulgada emenda constitucional, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) defendem a proposta.

A nova idade para aposentadoria dos ministros do Poder Judiciário passa a valer de imediato. Já a aposentadoria obrigatória no restante do serviço público, incluindo integrantes do Legislativo e Executivo, continua aos 70 anos. A nova emenda, porém, prevê

que esse limite também pode subir para 75 anos caso seja aprovada uma lei complementar, como propôs Serra.

Pelo projeto do tucano — que tem o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) —, a regra valerá para todos os funcionários ocupantes de cargos efetivos no país, incluindo autarquias e fundações, assim como membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos tribunais de contas. Na defesa da proposta, o tucano afirma que a mudança é vantajosa para os servidores e também para a administração pública. Ele estima que a economia anual poderá atingir entre R\$ 800 milhões e R\$ 1,4 bilhão nos próximos 50 anos.

“Com as mudanças constitucionais das últimas décadas, os servidores estão se aposentando sem o benefício integral. Essa proposta dá mais tempo a eles para obter melhores proventos durante sua aposentadoria. E quem já tiver o tempo para se aposentar não perderá nenhum direito”, defendeu Serra, no plenário do Senado. “Além disso, vai haver economia por parte do poder público, que

vai adiar novas contratações. Todos sairão ganhando.”

O senador paulista argumentou ainda que a medida é um bem de natureza psicológica aos servidores que “estão na flor da idade e com bastante maturidade e experiência no cargo”, mas são obrigados a se aposentar. “Não faz sentido mandar para casa aos 70 anos quem ainda tem condições de trabalhar.”

Defesa

Primeiro atingido pela mudança na data de aposentadoria, o decano do STF, ministro Celso de Mello, classificou a nova emenda como “sábia” e defendeu que ela seja estendida para todo o serviço público nacional. “Será importante estender e aproveitar o elevado grau de experiência e maturidade profissional dos servidores públicos dos três poderes. Ganha com isso, claramente, o interesse público”, afirmou. Pela regra anterior, ele deveria deixar o Supremo em novembro deste ano.

CONTINUA

O ministro Marco Aurélio Mello tem a mesma opinião do colega. “Eu penso que nós devemos alterar o limite de idade para estar no serviço público no tocante a todos os servidores. Eu só lamento que a PEC tenha sido aprovada, depois de muitos anos, num clima de retaliação, que não é bom para as instituições”, avaliou.

Com a decisão tomada pelo Congresso em meio a uma crise de relacionamento entre os poderes, a presidente Dilma Rousseff (PT) vai perder significativamente o poder de fazer indicações para o Judiciário. Além de adiar a aposentadoria de 5 dos 11 ministros do STF, a nova emenda deve manter em outros tribunais mais 12 ministros que teriam de se aposentar até o fim do mandato da petista, em 2018.

Pernambuco

A PEC da Bengala já começou a ter efeitos na Justiça Estadual. Na quinta-feira (7), foi concedida em Pernambuco a primeira liminar judicial para que um desembargador do Tribunal de Justiça daquele estado tivesse o direito de se aposentar apenas aos 75 anos.

5 MINISTROS DO SUPREMO

iriam ser indicados pela presidente Dilma Rouseff até 2018, quando termina o mandato dela. Isso porque eles atingiriam a idade limite de 70 anos para se aposentar. Agora, com a PEC da Bengala, poderão ficar no STF até os 75 anos.

Constituição ao sabor das circunstâncias

OPINIÃO

Egon Bockmann Moreira, doutor em Direito, advogado e professor da Faculdade de Direito da UFPR.

A aprovação da “PEC da Bengala” revela algo de muito importante, para além da discussão quanto à aposentadoria de ministros dos tribunais superiores. Ela havia sido apresentada em 2005 e se dirigia a todos os servidores – que deveriam se aposentar aos 70 ou 75 anos, a depender de futura lei complementar. A emenda constitucional ora aprovada mantém essa previsão, mas criou diferença específica: desde já, e independentemente de lei, aos ministros é assegurado o direito de permanecer na ativa até os 75 anos. Todos os demais servidores públicos, que aguardem. Só aos mais iguais entre os iguais assegurou-se a prorrogação da aposentadoria compulsória. Mas isso não surgiu devido a um acaso. Ao contrário.

Como o presidente do Senado frisou, trata-se de cartada no jogo político: algumas vezes, ganha-se poder; noutras, perde-se. Desta feita, a Presidência da República perdeu. E aqui está o mais significativo desta emenda. Afinal, a Constituição é a Lei Fundamental. Ela define a estrutura e o funcionamento do Estado brasileiro, impondo limites ao

exercício do poder político. Merece respeito e reverência incondicionais. Por isso, o legislador constitucional protegeu-se dele mesmo: para ser modificada, a Constituição exige reiteradas votações com quórum qualificado. Não pode ser alterada devido a arroubos, mas há de permanecer imune às vicissitudes dos jogos de poder.

Ora, quando a emenda constitucional, qualquer que seja o seu conteúdo, é transformada em mero instrumento para vitórias ou derrotas políticas, a Constituição sofre severa agressão. Ela passa a ser tratada – ou, melhor, maltratada – como se fosse manejável ao sabor das circunstâncias. Deixa de ser o limite fundamental ao poder político e se torna uma das formas de exercício. Subvertida foi a razão de ser da norma constitucional. E agora, o que fazer da Constituição? Depois disso, o dilúvio?

“Ora, quando a emenda constitucional (...) é transformada em mero instrumento para vitórias ou derrotas

políticas, a Constituição sofre severa agressão.”

10 MAI 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Fachin

Ninguém pode prever o comportamento do Senado na apreciação do nome do advogado Luiz Fachin para o Supremo Tribunal. Certamente, há "çábios" do Planalto acreditando que ganham a parada, assim como em janeiro acreditavam que derrotariam a candidatura de Eduardo Cunha à presidência da Câmara. Há uma diferença entre as duas situações: contra Eduardo Cunha já não havia linha de recuo. No caso de Fachin, tanto ele como o governo podem desistir da indicação.

CELSO NASCIMENTO

Por Fachin

Da planície, o senador Alvaro Dias (PSDB) apenas observa a profunda crise política de que sofre o correligionário Beto Richa. Não dá palpites nem conselhos, em nada interfere. Nem por isso, deixa de ter opinião: Richa errou ao insistir na aprovação do projeto que mexeu com a Parana Previdência. Na opinião de Alvaro, anunciada há tempos, é de que a mudança caracteriza apropriação indébita. A prioridade de Alvaro tem sido a de se concentrar nas articulações para evitar riscos à nomeação do jurista paranaense Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF). Indicado por Dilma, Fachin sofre resistência de setores da oposição, entretanto já fragilizada pelo apoio unânime ao seu nome vindos de instituições da área jurídica e de outros setores. Fachin será sabatinado pelo Senado na terça-feira e precisa obter a maioria dos votos.

FRASE

"O indicado para o STF [Luiz Fachin] tem nome sustentado em uma trajetória ilibada e com reconhecimento de seus pares em vários ambientes jurídicos."

Reitores de universidades federais, em carta ao Senado.

10 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CELSONO CELSO NASCIMENTO

Aperigo 1

A próxima sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça preocupa o presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Ivan Bonilha. Embora há anos venha fazendo pesado lobby para adiar ou evitar o julgamento, é possível que o mandado de segurança 796308-6 seja incluído na próxima pauta. É por meio dele que o ex-secretário Maurício Requião pretende recuperar a cadeira de conselheiro da qual foi afastado após apenas oito meses de exercício.

Aperigo 2

A cadeira de Maurício é a mesma que foi ocupada por Bonilha em 2011, depois de a Assembleia ter anulado a sessão que, em 2008, elegeu o irmão do então governador, Roberto Requião. Se o Órgão Especial reconhecer o direito de Maurício, Bonilha terá de deixar a vaga (e a presidência do TC), embora não perca o direito de mover novos recursos.

NOTA POLÍTICA

Pela bengala

A Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) entrou com um ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a chamada PEC da Bengala, que estendeu de 70 para 75 anos a idade-limite para a aposentadoria de ministros dos tribunais superiores. A entidade quer evitar que os ministros sejam obrigados a passar por uma nova sabbatina no Senado quando completarem os 70 anos, caso queiram permanecer na cadeira.



Ministros do STF

Cinco ministros que estavam à beira de se aposentar ganharam mais cinco anos de presente para continuar no cargo antes da aposentadoria compulsória.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Saiu pela contramão

10 MAI 2015

Por ter andado na contramão da história durante o curtíssimo período em que esteve secretário da Segurança Pública, o deputado Fernando Francischini deixou a pasta na última sexta-feira deixando para trás pegadas difíceis de ser apagadas. Além de ter gerado uma crise sem precedentes na Polícia Militar, comprometeu para sempre o já então enfraquecido prestígio político do governador Beto Richa.

A crise na PM, apesar de ter custado a cabeça do comandante César Kogut, foi rapidamente absorvida e superada pela união imediata da alta cúpula da corporação. Pelo menos 16 dos 19 coronéis da Polícia reagiram à bisonha tentativa de Francischini de fugir da própria responsabilidade. E não só apoiaram Kogut como também já estavam prontos para pedir aposentadoria caso o secretário não deixasse o cargo.

Sua saída pode ter devolvido merecida paz interna à PM, mas nem de longe resolve a outra questão: o governo Richa continuará eternamente manchado pela desastrada guerra contra professores no Centro Cívico no fatídico 29 de abril. A mancha poderá custar-lhe a carreira política.

Para ocupar interinamente a secretaria, Richa nomeou o delegado federal Wagner Mesquita, antes mesmo de requerer ao Ministério da Justiça a sua disposição funcional. Sem a publicação desse ato, será nulo qualquer mísero papel que Mesquita assinar no período em que estiver à frente do cargo.

Amigo pessoal do ex-secretário, ele já atuava na pasta, a convite de Francischini, no setor de Inteligência (era o homem que manuseava o temível sistema de escuta Guardiã) e ficou famoso quando tentou emplacar a fantasiosa versão de que eram black blocs alguns estudantes e professores da UEL que derretiam em água inofensivas pastilhas de Alka Seltzer que usariam como antídoto contra efeitos das bombas de gás e spray de pimenta.

Richa ainda não sabe quem chamar para substituir o interino, mas já foi informado que terá de exonerar a esposa dele caso decida mantê-lo no cargo. É que dona Anna Paula Mesquita ocupa um DAS-5 na Sesp, nomeada em 21 de janeiro pelo amigo Francischini.

Todos esses, porém, são problemas menores para Beto Richa. Superada a crise da Segurança, o maior desafio a afligi-lo a partir de agora é tentar governar de modo a recuperar a própria imagem e, sobretudo (é o que mais interessa), o próprio estado, levado à desorganização da máquina e das finanças após uma gestão duvidosa.

Apesar do pedido de “compreensão” que divulgou pelo Facebook, não lhe será fácil fazer as pazes com a opinião pública, com o funcionalismo e com grande parte da bancada que deixou de apoiá-lo na Assembleia. Na tarefa de recolocar o Paraná na mão certa, precisará também pagar atrasados a fornecedores e servidores e equilibrar as contas. Nada indica, porém, que vá se arrepender do principal — da apropriação dos fundos da Paranaprevi-dência, pivô desses dias traumáticos.

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

10 MAI 2015

Queda de Francischini 1

Nunca vi tanta euforia com a saída de um secretário de estado do Paraná (*Gazeta*, 9/5). Faltou humildade ao ex-secretário de Segurança Pública Fernando Francischini e ao governador Beto Richa em reconhecerem o erro e pedir perdão aos feridos na manifestação e também ao povo do Paraná. A população viu os seus professores e servidores serem humilhados na Praça Nossa Senhora da Salete, no Centro Cívico, pela agressão física e moral cometida pela Polícia Militar. Só estão fazendo mudança de cargos para diminuir a indignação da população.

Flavio da Silva Pereira

Queda de Francischini 2

Fernando Francischini teve diversas vitórias no combate ao crime, apareceu na mídia e mostrou resultados. Mas o erro cometido em 29 de abril foi suficiente para por tudo a perder. O episódio do Centro Cívico no mês de fevereiro talvez tenha sido pior do que esse de abril. "Um acerto, nenhum elogio; um erro, mil condenações". Os erros de Francischini foram não assumir a culpa e estar ao lado do governador. Ele foi braço direito do Beto Richa e em 2018 poderá ser um inimigo político, dificilmente um aliado.

Waldomiro Tarcísio Padilha de Oliveira, funcionário público municipal de Curitiba

Batalha no Centro Cívico

Centro Cívico, Curitiba, 29 de abril: o dia e o local em que a borracha apagou o giz. Enquanto gritávamos: "retira ou rejeita", nossa voz foi calada pelo governo do estado e pela Secretaria de Segurança Pública. Retiraram qualquer possibilidade de a democracia ser exercida. Rejeitaram o diálogo. Enquanto alguns diziam que o que acontecia na praça era problema da segurança pública, não da Assembleia Legislativa, outros diziam que na praça não havia professores e sim, black blocs. Na quinta, dia 30, voltei ao campo de batalha, que já era novamente do povo. Olhei ao meu redor: sem helicópteros, bombas ou atiradores de elite. A imagem de Nossa Senhora da Salete fala por nós: olha, ouve e acolhe quem está na praça, ironicamente, está de costas para a Assembleia Legislativa.

Carmila Augusta Valcanover,
professora

Queda de Francischini 1

"É um absurdo a saída de Francischini. Perdemos o melhor secretário de Segurança Pública dos últimos anos. Quando forem assaltados, chamem os professores para defendê-los."

Dilson Teixeira Coelho Neto, via Facebook, sobre a saída de Fernando Francischini do comando da Sesp, após os confrontos com professores, em 29 de abril.

Queda de Francischini 2

"Não é um secretário de segurança que é conivente com atitudes como as da PM no Centro Cívico que iria me defender. Pessoas que tiram direitos dos outros não me representam."

Emanuel Postui de Castro, via Facebook, sobre a mudança no comando da segurança pública do Paraná.

Queda de Francischini 3

"Na minha opinião Francischini é um ótimo profissional, sim. O problema, porém, é por quem ele é comandado. Sua brilhante e promissora carreira foi por água abaixo."

Kátia Gambetta Mroczko, via Facebook.

Queda de Francischini 4

"Um secretário que também é servidor público. Como pôde determinar que a Polícia Militar agredisse os servidores do Paraná?"

Gilberto Caetano da Silva, via Facebook.

Embargo



Fernando Francischini

Depois de apenas quatro meses como secretário de Segurança Pública, o deputado caiu após os atos de violência da PM no Centro Cívico.

10 MAI 2015

GAZETA DO POVO

A greve dos professores

Ao ter cruzado os braços sem pauta definida, sindicato desafia a Justiça e coloca ambições políticas à frente do bom senso e do direito dos alunos

Quase duas semanas depois de a Justiça ter considerado ilegal a greve dos professores da rede estadual e das universidades estaduais, determinando multas para os sindicatos em caso de descumprimento, os docentes continuam parados. Os mais prejudicados têm sido os alunos dos últimos anos do ensino fundamental e aqueles do ensino médio, especialmente os que prestam vestibular e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no fim deste ano. Eles já estão há 40 dias sem aula, somando os dois períodos de paralisação, e o conteúdo fica ameaçado por não haver garantia de que a reposição será suficiente.

Segundo o sindicato, a greve atual é apenas a continuação daquela paralisação iniciada em fevereiro e que durou 29 dias, adiando o início do ano letivo. Naquela ocasião, a Justiça também interveio, determinando o retorno ao trabalho dos professores. No início de março, a APP-Sindicato, que representa os docentes, e o governo entraram em um acordo que permitiu o início das aulas, mas o “estado de greve” foi mantido, significando que a paralisação poderia ser retomada no futuro.

Em março, o governo se comprometeu com 17 itens da pauta dos professores, que tratavam de temas como progressão de carreira, pagamento de atrasados e da rescisão de temporários, tamanho de turmas e contratação de aprovados em concursos. O item 2 da carta dizia que “durante este mês de março, o governo promoverá um amplo debate, com a participação do Fórum de Servidores Públicos, da APP-Sindicato e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Após esgotado o processo de análise, inclusive com a participação de representantes dos poderes Judiciário, Legislativo, Tribunal de Contas e do Ministério Público do Paraná, a melhor proposta [de reforma da Parana Previdência] será encaminhada à Assembleia Legislativa”. Foi justamente a suposta quebra desse item a alegação da APP-Sindicato para retomar a paralisação, em 25 de abril.

Mas houve, sim, reuniões para discutir o projeto, inclusive com a participação da APP. A carta-compromisso previa debate, mas não forçava o governo a acatar todas as sugestões do sindicato dos professores. Eles podem ter ficado insatisfeitos com o resultado final (o projeto de lei enviado à Assembleia), mas jamais poderiam ter alegado que o governo não cumpriu sua parte do acordo. Os professores cruzaram os braços sem ter uma pauta real; precisavam encontrar algo novo para justificar a paralisação.

O pretexto foi a data-base da categoria, em 1.º de maio. A pauta salarial não estava entre os 17 itens da carta-compromisso. Mesmo assim, a APP-Sindicato a incluiu nesta segunda etapa da paralisação, que ganhou força e apoio popular depois da violência desmedida da Polícia Militar contra os grevistas em 29 de abril. Aceitemos, por um momento, a afirmação do próprio sindicato de que a atual greve nada mais é que a continuação da mobilização anterior. Se é assim, incluir novas reivindicações em acréscimo àquelas que já tinham sido objeto de negociação anteriormente chega a ser um ato de má-fé. E, se recusarmos o argumento dos professores e considerarmos a greve atual não uma continuação da anterior, mas uma nova paralisação, como de fato parece ser, trata-se de uma “greve preventiva” deflagrada em abril, antes mesmo da data-base, o que também é uma demonstração de má-fé.

Não se questiona aqui o direito dos professores a reivindicar melhores salários — embora seja preciso lembrar que eles foram contemplados com 60% de aumento nos últimos quatro anos, contra os 27% dados aos outros servidores estaduais no mesmo período. Mas a forma como essa demanda foi introduzida na pauta de negociações entre governo e sindicato, aproveitando uma confluência entre a votação do novo projeto da Parana Previdência e a aproximação da data-base dos professores para misturar as duas causas, é um oportunismo que não condiz com a honradez excepcional que a sociedade espera de seus professores.

O direito de greve é uma garantia constitucional, mas não pode ser abusado — e a Justiça, como vimos, se pronunciou pela ilegalidade da paralisação dos professores. O que parece não ter sido colocado na balança é o direito dos jovens e adolescentes a ter 200 dias de aula. A nova secretária de Estado da Educação, Ana Seres Comin, espera que os docentes retomem o trabalho na próxima segunda-feira, dia 11. Cabe aos professores decidir se o bom senso prevalecerá sobre o desafio ao Poder Judiciário e as ambições políticas de uma entidade sindical que vê na greve o meio ideal para seguir desgastando um já combalido governador.

Novo plano de custeio cria prazo de validade para a Parana previdência

Dinheiro vai acabar entre 33 e 35 anos. Após isso, caixa do governo terá de bancar todas as aposentadorias

Chico Marés

Em uma disputa entre o presente e o futuro, o governador Beto Richa (PSDB) fez sua escolha pela primeira opção. Para garantir recursos para custear a folha salarial, a dívida de curto prazo e eventuais novos investimentos, o governo repassou a responsabilidade de pagar R\$ 140 milhões mensais em aposentadorias para o fundo previdenciário da Parana previdência. No curto prazo, isso pode ajudar — e muito — a sanar as finanças do estado. No longo prazo, porém, a decisão reativou uma bomba-relógio: em algum momento no futuro, o fundo previdenciário vai se esgotar. Há, porém, formas de amenizar os efeitos dessa decisão.

Aprovada no dia 29, na polêmica votação que provocou a “batalha” do Centro Cívico, a Lei 17.435 repassou à Parana previdência a responsabilidade de custear as aposentadorias de todos os servidores com mais de 73 anos. A grosso modo, isso significa que a contribuição dos servidores de

hoje pagará grande parte dos aposentados de hoje — e não haverá dinheiro para amanhã. Assim, o governo deixará de gastar R\$ 140 milhões por mês, agora, mas terá um comprometimento de caixa muito maior no futuro.

O projeto inicial previa o esgotamento do fundo em 29 anos. Com algumas mudanças feitas pelos deputados, esse prazo de solvência foi estendido. Segundo Renato Follador, idealizador da Parana previdência, as modificações aumentaram o tempo para “cerca de 33 anos”.

A Parana previdência, porém, informou que só o aporte de R\$ 1 bilhão de royalties de Itaipu, previstos na lei para 2021, aumenta o prazo para 35 anos. E novos aportes do governo ampliariam o prazo “ainda mais”.

Ainda assim, haveria um fim do dinheiro da Parana previdência. Isso acontece porque o fundo previdenciário da Parana previdência deve servir como uma poupança para as aposentadorias do futuro. No longo prazo, esse fundo seria responsável por pagar todas as aposentadorias — liberando o caixa do governo dessa incumbência. Hoje, porém, as reservas são pequenas para suportar o pagamento dos atuais aposentados e garantir reserva para os futuros inativos. A tendência é que o fundo se esgote no longo prazo, e o caixa dos futuros

governos fique responsável por bancar as aposentadorias.

Follador diz acreditar que há maneiras de tornar o fundo solvente por mais tempo. Uma delas seria criar um fundo de previdência complementar. Por esse modelo, o estado ficaria responsável pelas aposentadorias até o teto do INSS. Acima disso, seria exigida uma contribuição extra. A instituição comunicou que um grupo de trabalho do governo está estudando a modelagem dessa proposta — que só valeria para funcionários contratados após a proposta começar a valer.

Outra possibilidade seria voltar a investir em ações. O ex-governador Roberto Richa (PMDB) determinou que isso não fosse realizado durante seu governo. Richa manteve essa política. Para Follador, se isso tivesse sido feito desde 2003, haveria, hoje, cerca de R\$ 1 bilhão a mais no fundo previdenciário.

Follador avalia, porém, que essas alterações no modelo poderiam garantir apenas uma sobrevida ao fundo. “O princípio da capitalização é dinheiro para todos, todo o tempo. O princípio da solvência é dinheiro para alguns, por algum tempo”, afirma. Para ele, o ideal seria que o estado buscasse outras formas de contornar essa crise, e deixasse as massas segregadas dentro do modelo aprovado pelo próprio governo Richa em 2012.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Entretanto, todos os sinais indicam que o governo não arredará o pé da decisão de resolver seus problemas atuais jogando a bomba para o futuro.

10 MAI 2015

HISTÓRIA

Entenda como os governos de Lerner, Requião e Richa influenciaram na situação da Parana Previdência atualmente.



1995-2002

ERA LERNER

O governo do Paraná cria a Parana Previdência, em um modelo de segregação de massa – que se opõe ao modelo de repartição simples adotado pelo antigo Instituto de Previdência do Estado (IPE). No novo modelo, existem dois fundos, o financeiro e o previdenciário.

Criada a
Parana Previdência

	Fundo Financeiro	Fundo Previdenciário
Modelo	• Repartição simples: gera custos ao governo do estado.	• Regime de capitalização: pode reduzir custos ao governo no longo prazo.
A quem serve	• Banca aposentadoria de pessoas já aposentadas à época (até 1998), homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos.	• Banca a aposentadoria de novos servidores (a partir de 1998) e de homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45.
Futuro	• Tendência de extinção no longo prazo (30 anos). • Deficitário	• Tendência a absorver todos os servidores no longo prazo. • Superavitário.

A vantagem do modelo de segregação é que, no longo prazo, alivia o caixa do governo do estado de pagar as aposentadorias. Entretanto, ele compromete mais o caixa do estado nos anos iniciais, pois exige um investimento do governo para que seja sustentável.



2003-2010

ERA REQUIÃO

Após eleito, Requião toma algumas decisões políticas quanto à Parana Previdência:

- Determina que a capitalização dos recursos seja feita por meio de investimentos em títulos públicos. Proíbe, portanto, o investimento no mercado de ações.
- Reduz a taxa de contribuição para 10% do salário – abaixo da contribuição mínima do INSS, de 11%.
- Extingue a contribuição de inativos.

Falta de repasses

Além dessas decisões, Requião deixou de fazer repasses obrigatórios à Parana Previdência.

R\$7 bilhões

é o quanto o Fundo Previdenciário teria a mais se os repasses fossem feitos. Inclui os primeiros dois anos de Beto Richa (2011-2012).

CONTINUA

10 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



2011-2014

PRIMEIRA ERA RICHA

No primeiro ano, Richa mantém a determinação de não investir no mercado de ações, a taxa de contribuição em 10% e a isenção de inativos. Para recuperar o equilíbrio entre os dois fundos, em 2012, sanciona lei que repassa parte dos contribuintes do fundo financeiro para o fundo previdenciário.

Fundo Financeiro

- Paga a aposentadoria de servidores que entraram no serviço público antes de 2003.

Fundo Previdenciário

- Paga a aposentadoria de servidores que entraram no serviço público depois de 2003.

- Com isso, a maioria dos aposentados do Paraná passaram a ser pagos pelo fundo financeiro, para que o fundo previdenciário pudesse ser capitalizado e reequilibrado.
- Isso, porém, fez com que o governo do estado tivesse que arcar com as aposentadorias da maioria dos servidores – o que ajudou a deteriorar as contas do governo.
- **R\$ 250 milhões** ao mês era o custo do fundo financeiro para o caixa do governo do estado.
- No final do mandato, Richa elevou a taxa de contribuição novamente para 11% e retomou a contribuição de inativos.

Falta de repasses

Apesar dessa medida para reequilibrar as contas, o governo também deixou de realizar aportes exigidos no fundo previdenciário.

R\$ 595 milhões

deixaram de ser repassados apenas nos 6 primeiros meses de vigência da nova lei.

SEGUNDA ERA RICHA (2015)

Em meio a uma forte crise de caixa, governo decide rever as mudanças feita em 2012. A primeira proposta, que acabou retirada após forte pressão dos servidores, era extinguir o fundo previdenciário. Na prática, em três anos o caixa do estado passaria a arcar com todas as aposentadorias – e a Parana Previdência voltaria à estaca zero.

Uma segunda proposta, aprovada no dia 29 de abril, modifica novamente a estruturação dos dois fundos.

Fundo Financeiro

- Banca as aposentadorias de servidores que ingressaram antes de 2003 e dos aposentados com menos de 73 anos.

Fundo Previdenciário

- Banca as aposentadorias de servidores que entraram no serviço público depois de 2003 e dos aposentados com mais de 73 anos.
- Recebe novos aportes a partir de 2021.

- **29 anos** é o prazo de solvência da proposta em seu modelo original. Com a inclusão de novos aportes, o prazo é de mais de 35 anos. Ao fim desse período, a Parana Previdência volta à estaca zero.

- **R\$ 140 milhões** é a economia mensal do governo do estado com essa medida.

CONTINUA

Requião e Richa deixaram de repassar R\$ 7 bi

▮ O montante de recursos no fundo previdenciário da Parana Previdência poderia ser duas vezes maior. A falta de repasses durante os governos de Roberto Requião (PMDB) e Beto Richa (PSDB), sozinha, foi responsável pela falta de R\$ 7 bilhões no fundo.

Além disso, houve perdas decorrentes da aplicação de uma alíquota de 10% dos salários com contribuição dos servidores, inferior ao mínimo constitucional, e à não contribuição de aposentados e pensionistas que ganham acima do teto. Essas duas medidas foram revertidas no fim de 2014. Hoje, o fundo tem em caixa R\$ 8,3 bilhões.

Para Renato Follador, idealizador do modelo adotado pela instituição, se os repasses tivessem sido feitos adequadamente e as alíquotas previstas na lei fossem mantidas, o fundo teria capacidade de bancar, em um futuro relativamente próximo, todas as aposentadorias. Com isso, o estado teria mais recursos para investimento e custeio.

Para Follador, a ausência de repasses foi “o crime mais grave” contra a previdência. Mas a decisão de manter a alíquota de 10% pode ter representado, em 30 anos, 31% a menos no valor do fundo. Além disso, se houvesse investimentos em ações, segundo cálculos de Follador, o fundo hoje poderia ter R\$ 937 milhões a mais. (CM)

Modelo previa gastos menores no futuro

▮ Criada em 1998, a Parana Previdência representou uma mudança completa no modelo de pagamento de aposentados. Antes disso, o antigo Instituto de Previdência do Estado (IPE) adotava um modelo de repartição simples — o mesmo modelo do INSS. Com a criação da Parana Previdência, passou-se a adotar um regime de capitalização e um modelo de segmentação de massas para fazer a transição entre um modelo e outro.

Um dos idealizadores dessa mudança, Renato Follador explica que a mudança é conceitual. Pelo sistema de repartição simples, os servidores atuais pagam pela aposentadoria dos servidores inativos. Já no regime de capitalização, cada um paga sua própria aposentadoria — nos dois casos, há também a contribuição do estado.

Para Follador, o antigo modelo é insustentável em uma sociedade com uma força de trabalho cada vez menor e um número de aposentados cada vez maior. Na década de 1960, a relação era de seis contribuintes para cada aposentado. Hoje, essa relação no governo do estado é de cerca de 1,5 para um. Assim, o próprio governo acaba tendo que arcar com parte das aposentadorias com dinheiro do orçamento.

Pelo segundo modelo, as contribuições do estado e do servidores são alavancadas com investimentos no mercado financeiro. Assim, o servidor não teria apenas o que ele próprio e o estado contribuíram — o que seria insuficiente para pagá-lo no futuro. Os rendimentos dessa massa de contribuições são usados para cobrir essa diferença. Segundo Follador, os rendimentos correspondem a mais de 65% do valor contribuído.

Assim, o estado ficaria, no longo prazo, desobrigado de pagar aposentadorias diretamente — tendo apenas que fazer sua contribuição. Mas para passar de um modelo para outro, era necessário fazer uma transição. Assim, foram criados o fundo previdenciário, para servidores mais jovens, e o fundo financeiro, para os mais antigos — este, custoso para o estado e feito para ser extinto em 30 anos.

Essa transição também exige investimento do estado. Para criar um fundo de reserva, o estado precisa absorver o custo dos servidores já aposentados ou que vão se aposentar em breve — além de verbas para compor o fundo inicial. Assim, para economizar no futuro, o estado precisa gastar no presente.

Foi isso que aconteceu a partir de 2012. Para reequilibrar o fundo previdenciário e permitir uma economia futura, o estado absorveu o custo de uma nova massa de aposentados — anteriores a 2003. Isso gerou um custo mensal de R\$ 250 milhões. Agora em 2015, a mudança é exatamente oposta. Parte dessa massa é “devolvida” ao fundo previdenciário, o que gera economia em um primeiro momento, mas um passivo a ser colhido no futuro. (CM)

11 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Fiep questiona alteração no registro de imóveis

Entidade vai à Justiça contra mudança aprovada pela Assembleia, que extinguiu o teto das custas. Cobrança agora é de 0,2% sobre o valor do título

Euclides Lucas Garcia

A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) e três sindicatos da construção civil tentam derrubar na Justiça medida em vigor desde o fim de março que extinguiu o teto das custas de registro de imóveis no estado.

Na ação, as entidades argumentam que o aumento da carga tributária vai onerar a produção e reduzir a competitividade das empresas paranaenses. Alegam também que a mudança é inconstitucional, por ter dado a uma taxa o caráter de imposto. O pedido foi negado liminarmente, e as associações entraram com um agravo regimental no Tribunal de Justiça (TJ) na última sexta-feira (8) — leia mais abaixo.

Aprovada pela Assembleia em dezembro do ano passado, a lei de autoria do TJ estabeleceu a extinção do teto das custas de registro de imóveis, que passou a ser de 0,2%

sobre o valor do título. Até então, o valor máximo cobrado era de R\$ 1.821,20.

A medida — em vigor desde o dia 29 de março — aumentou os custos para o registro de imóveis com valor acima de R\$ 910,6 mil. O documento de um apartamento de R\$ 2 milhões, por exemplo, passou a custar R\$ 4 mil.

No mandado de segurança, as entidades empresariais argumentam que o projeto foi aprovado pelos deputados em apenas 15 dias de tramitação sob o “famigerado regime de comissão geral” — o chamado “tratoço” —, sem que a população tivesse tempo de discutir a proposta.

Na sequência, argumentam que as custas de registro de imóveis destinam-se à manutenção do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus) e são uma taxa cobrada para garantir ao Judiciário poder de polícia na fiscalização das atividades cartoriais. Mas, com o fim da limitação para registro de imóveis, teria se perdido a proporcionalidade entre o serviço prestado e o pagamento efetuado. “Independentemente do valor do negócio ou do bem, o exercício de poder de polícia, na prática, é o mesmo”, diz o pedido de liminar.

A ação afirma ainda que a legislação brasileira determina que o valor de uma taxa de-

ve ter relação com o custo da atividade estatal que origina a cobrança, mantendo “razoável equivalência” com o valor cobrado. “A taxa foi aumentada para obrigar os contribuintes ao custeio das reformas que são feitas em fóruns do interior, (...) em valores ilimitados e desconectados com o real custo da atividade estatal”, diz o texto.

Por fim, as entidades argumentam que a cobrança sem limitações pode fazer com que cidadãos prefiram fazer “negócios de gaveta”, sem o devido registro legal no cartório, por considerarem desproporcional o valor cobrado.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

JUSTIFICATIVAS

Tribunal argumenta que mudança tem pouco impacto social

11 MAI 2015

Em decisão proferida no dia 17 de abril, o desembargador Luis Espíndola negou concessão de liminar para restabelecer em R\$ 1.821,20 o teto das custas de registro de imóveis no Paraná. No despacho, o desembargador argumenta que as entidades empresariais pedem a derubada da extinção do teto de forma abstrata e genérica, "sem se fundar na existência de uma situação fática que levou a sua aplicação a um determinado caso concreto".

Segundo o magistrado, já há decisões anteriores do Supremo Tribunal Federal (STF) dizendo que "não cabe mandado de segurança contra lei em tese". "Isso porque a simples entrada em vigor de normas gerais e abstratas não configura, por si só, lesão ou ameaça ao direito", afirma Espíndola.

Outro lado

Procurado por meio da assessoria de imprensa, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) não retornou aos questionamentos da reportagem.

Na justificativa do projeto aprovado pela Assembleia Legislativa, o órgão informou que a medida – aliada à elevação das custas em 6,37% e das taxas do Funrejus em 25% – garantiriam caixa para a realização de novas obras e reformas, que atendessem à "crescente necessidade de investimentos" do Judiciário.

Sobre o fim do teto das custas de registro de imóveis, o TJ argumentou à época que a medida resultaria em "maior contribuição pelos adquirentes de imóveis destinados às classes de maior poder aquisitivo, sem prejudicar os contribuintes de menor renda". "[Isso] representa um baixo impacto social, pois apenas os atos de maior valor estarão sujeitos à alteração", dizia a proposta. (ELG)

GAZETA DO POVO

Novo parecer

atesta

regularidade
de Fachin

Katna Baran

11 MAI 2015

O senador Alvaro Dias (PSDB) divulgou uma nota técnica elaborada pela Consultoria Legislativa do Senado em que comprova a regularidade de atuação advocatícia do jurista Luiz Edson Fachin, indicado à uma vaga de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF). A nota é uma resposta a outro parecer elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado a pedido do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), em que consta que Fachin exerceu a advocacia privada enquanto era procurador do Paraná, o que é vedado pela Constituição do estado.

A nota encomendada por Alvaro, relator da indicação de Fachin no Senado, considera que o acúmulo de funções tem amparo jurídico e que não há qualquer "ato fraudulento ou de má-fé que possa macular a reputação do Dr. Fachin". A consultoria legislativa considera que, no período em que o jurista foi procurador do estado (1990-2006), a Constituição Federal e o estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) permitiam o duplo exercício de função.

Ainda conforme a nota, a proibição foi incluída na Constituição estadual em 1989, mas estabeleceu que a vedação absoluta não se aplicava aos então procuradores do estado — Fachin foi aprovado no concurso público em 1985. Além disso, a lei previa que a OAB registraria na carteira profissional do advogado a indicação dos impedimentos a que ele estaria submetido, como de atuar em causas contra o estado.

AGENDA

Amanhã - o jurista paranaense Luiz Edson Fachin será sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Ele foi indicado a uma vaga de ministro do STF.

11 MAI 2015

GAZETA DO POVO

O remendo e o legado

Se mudanças na Paranaprevidência são toleráveis num cenário de extrema necessidade, é imprescindível que o governo comece a trabalhar em medidas para restabelecer o equilíbrio do fundo

No último domingo, uma reportagem da **Gazeta do Povo** examinou os detalhes do projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa no fim de abril e que muda regras do fundo de pensão dos servidores estaduais, a Paranaprevidência. Em ocasiões anteriores, analisamos os conflitos entre governo e professores, sem entrar no mérito do projeto em si. Agora, nossa intenção é tratar das mudanças no fundo, independentemente das circunstâncias que envolveram sua aprovação, que já foram objeto de três editoriais da **Gazeta**.

Boa parte dos equívocos cometidos quando o assunto é previdência vem do fato de que muitos brasileiros não compreendem como o sistema funciona. O modelo mais comum no Brasil hoje é o da repartição: nele, a contribuição previdenciária paga pelos trabalhadores de hoje serve para pagar os aposentados de hoje; no futuro, esses trabalhadores, quando se aposentarem, terão seu benefício bancado por aqueles que estiverem na força de trabalho no futuro. Assim funciona, por exemplo, o INSS. Ao modelo de repartição se opõe o de capitalização, mais inteligente, em que cada um colabora para sua própria aposentadoria, construindo ao longo do tempo um patrimônio do qual desfrutará no futuro. A previdência privada funciona neste modelo.

Por décadas, os funcionários públicos do Paraná também estiveram sob o regime de repartição, até que, em 1998, foi criada a Paranaprevidência, seguindo o modelo de capitalização: os servidores mais novos (em idade) e aqueles que viessem a ser contratados a partir de então contribuiriam para construir a própria aposentadoria por meio do Fundo Previdenciário. Os servidores de mais idade permaneceriam no modelo de repartição, bancado pelo Tesouro Estadual no chamado Fundo Financeiro. Com o passar das décadas, todos os servidores estariam contribuindo pelo modelo de capitalização e o sistema se tornaria autossustentável.

No entanto, sucessivos erros, cometidos principalmente nos dois últimos mandatos de Roberto Requião (2003-2010), mas também durante o governo de Beto Richa, comprometeram a meta de tornar viável a Paranaprevidência. Em várias ocasiões, a contribuição do governo simplesmente não foi depositada no fundo, ou o foi abaixo do determinado pelas regras do fundo ou pela legislação. Além disso, Requião proibiu os gestores da Paranaprevidência de investir em renda variável (bolsa de valores), prática adotada por diversos fundos de pensão em todo o mundo. Com isso, a Paranaprevidência não perdeu, mas deixou de ganhar recursos que seriam de grande valia para quem contribui para o Fundo Previdenciário, que chegou a 2015 com pouco menos de 60% do montante que deveria ter acumulado nesses 17 anos. Distorção que o governo tentou corrigir em 2012, ao transferir para o Fundo Financeiro (ou seja, pago pelo Tesouro) servidores que seriam pagos pelo Fundo Previdenciário, mas errou a mão. Agora, precisando desesperadamente aliviar o caixa do estado, o governo Richa voltou a usar a Paranaprevidência.

A reforma proposta pelo Executivo em fevereiro, simplesmente unindo os fundos Financeiro e Previdenciário, significaria a morte da Paranaprevidência, esgotando em três anos as economias dos servidores. Após os episódios da invasão da Assembleia Legislativa, ela foi epavetada. A alternativa, aprovada pela Assembleia naquele triste 29 de abril e sancionada imediatamente por Richa, foi transferir para o Fundo Previdenciário 33 mil servidores idosos. Alívio para o Tesouro estadual, que deixa de pagá-los; mas suas aposentadorias agora passam a ser bancadas pelos servidores que contribuem para o Fundo Previdenciário — ou seja, aqueles que, em princípio, estariam construindo suas próprias aposentadorias, sem ter de financiar o benefício alheio. O problema, assim, continua a existir; a diferença é que a bomba-relógio está armada para explodir daqui a cerca de 30 anos, em vez de três.

Sabemos das enormes dificuldades de caixa do governo estadual, e esta reforma da Paranaprevidência é defensável técnica e juridicamente. Mas, diante do que ela representa, por ser a reserva que garantirá o futuro dos servidores, tais mudanças deveriam ser um último recurso, depois de esgotadas todas as outras formas de o governo estadual economizar. E, se é possível admitir manobra semelhante em um contexto de extrema necessidade, no momento seguinte seria preciso começar a trabalhar em meios de devolver o equilíbrio ao fundo de pensão, ainda que demore algum tempo — se o governo já estiver trabalhando no assunto, mais uma vez falha na comunicação ao não deixar isso claro aos paranaenses. Um planejamento de curto prazo prioriza os remendos; o pensamento de longo prazo gera legados. O governador precisará escolher qual dessas opções ele deseja para a Paranaprevidência.

11 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Sequelas da batalha do Centro Cívico

Machucados enquanto protestavam contam como convivem com o medo e com as cicatrizes que podem persistir por toda a vida

Naiady Piva

Entre manifestantes e policiais, pelo menos 22 mil pessoas estiveram no Centro Cívico durante o protesto de 29 de abril, quando o local virou um campo de batalha. Todos sujeitos a sequelas. Osso quebrado, cicatriz no rosto e perda da audição são algumas delas. Manifestantes machucados contaram suas histórias à *Gazeta do Povo*. Independentemente da gravidade do dano físico, todos têm algo em comum: estresse pós-traumático.

“Algumas pessoas devem estar com sequelas emocionais. Não conseguem dormir. Você vive uma situação e acha que vai morrer”, comenta o professor de Psicologia da Universidade Positivo, Raphael Henrique Castanho Di Lascio. Para os estudantes Ícaro Moura e Taciane Grassi e para a professora Rafaelin Poli, o pânico virou realidade.

Ícaro perdeu parte da sobrancelha e ficou com uma cicatriz permanente na testa. Taciane perdeu 60% da audição e ainda

não sabe se precisará de cirurgia para se recuperar. Já a professora se sente quase otimista: “Só quebrei um dedo”.

Segundo o professor Di Lascio, que integra a Associação Internacional de Prevenção ao Estresse, situações como a do Centro Cívico têm o efeito emocional de um acidente. Durante o momento de confusão, a adrenalina vai às alturas, o que intensifica emoções, como o medo e a raiva. Quando a adrenalina baixa, vem o abalo moral, psicológico. “As pessoas se sentem violentadas, seja pela polícia ou outra forma de repressão que exista ali. E ninguém está preparado para ser agredido, ninguém tem isso como situação normal de vida”, explica o psicólogo.

Investigação

Reunir pessoas que estão traumatizadas, abaladas ou com sequelas físicas é um dos objetivos do Comitê de Direitos Humanos 29 de abril. O espaço, criado na última quarta-feira (6), congrega entidades como o sindicato dos professores (APP) e a Defensoria Pública do Paraná. “Não estamos aqui para julgar, mas para analisar os fatos. Não podemos fazer de conta que aquilo não aconteceu”, resume a ouvidora da Defensoria, Santa de Souza. O grupo recebeu a visita da ouvidora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), Irina Bacci. Ela veio

a Curitiba apurar as 18 denúncias de violações a direitos humanos que a secretaria havia recebido até a data.

No Paraná, a investigação sobre possíveis abusos é de responsabilidade do Ministério Público Estadual (MP). Na última terça-feira (5), o órgão divulgou que 80 depoimentos e 150 mensagens eletrônicas com fotos e vídeos haviam sido coletados.

O material deve embasar o procedimento criminal instaurado pelo MP e o inquérito civil, em fase de preparação.

Confira os relatos de Ícaro, Taciane e Rafaelin, atingidos por estilhaços de bombas entre outros artefatos da força policial. Eles falam sobre a experiência e suas sequelas físicas e emocionais.

CONTINUA

11 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Estudante de 17 anos perdeu 60% da audição

“Eu estava na frente do prédio do Tribunal de Justiça quando a confusão começou e a gente ergueu as mãos, gritando ‘sem violência’. Um objeto que eu acho que era uma pedra veio voando de onde estavam os policiais. Meu amigo falou ‘não se desespere, mas sua cabeça está sangrando’. Coloquei a mão, vi o sangue, e fiquei desesperada, é claro. Na ambulância o rapaz me deu iodo e disse ‘não tem mais como te ajudar, porque caiu bomba nos equipamentos’. Aí voltei para o bosque, porque sentia a necessidade de estar ali. O choque avançou jogando bombas no acampamento e a gente corria para tampar as bombas com a caixa de papelão, para não explodir na galeria. Na hora que eu cobri uma com a caixa, uma moça caiu do meu lado. Me abaixei para

arrastar ela e vieram três bombas. Só ouvi aquele pow, um zunido, e um ‘pi’ eterno. Saí correndo, sem respirar, e fiz um gesto para um amigo mostrando que não conseguia ouvir nada. Cheguei na prefeitura com o meu ouvido já sangrando, e também passaram iodo. Fui para o 24 horas do HC, mas não tinham equipamento para ver meu ouvido. No outro dia minha mãe me levou no médico e ele deu o laudo: perdi 60% da audição no ouvido esquerdo. Vou ter que esperar de três a quatro meses para diminuir a inflamação, ver se a audição melhora. Mas tudo indica que queimou o tímpano, e aí só cirurgia resolve. Na hora a gente não pensa muito. Vi professor meu caído no chão. Eu olhava para as pessoas e dizia ‘me dá um abraço agora’, nome das bombas. Elas me abraçavam e a gente continuava. Só o que eu consigo pensar é por quê? Qual a necessidade daquilo?”

Taciane Grassi, 17, aluna do 3.º ano do Colégio Estadual do Paraná.

CONTINUA

11 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Professora conta como teve o dedo quebrado

▮ “No dia 29 pela manhã, eu já estava há quase dois dias sem dormir. Os helicópteros começaram a dar rasantes sobre o acampamento, levantando poeira e as barracas. Quando o caminhão de som avisou que estavam começando a votar o projeto do Parana Previdência houve muita confusão. Começou a vir pancada de tudo quanto é lado. Coloquei a mão no rosto e nisso veio um cassetete no meu braço, que acabou quebrando meu dedo. Por sorte tinha amarrado papelão como uma ‘armadura’ na perna. Mas não adiantou: senti muita dor e saí correndo. Quando cheguei no bosque da praça fiquei tentando apagar o fogo das bombas que caíam nas barracas. Os policiais corriam e parecia um videogame de guerra.

Absurdo. Caí, inconsciente. Acordei perto de uma parede e só lembro de um menino de olhos verdes que estavam vermelhos de fumaça. Ele chorava e me arrastava. Mesmo machucada, fui ajudar outras pessoas no acampamento. Minha vida mudou muito depois disso. Eu ando com medo. Sinto cheiro de gás, de pólvora estourando. E com qualquer barulho eu fico pensando ‘meu Deus, é aqui? Não é?’. Fui três vezes no posto de saúde 24h do Boa Vista e fiquei quatro horas esperando. Meu dedo ficou uns cinco dias inchado até colocarem a tala. Sou do PSS, não tenho sistema de saúde e vou ter que ir num hospital particular. Não sei como vou pagar, porque ainda não recebi salário este ano. Ainda estou me recuperando dos fungos no pé do primeiro acampamento da greve, lá em fevereiro.”

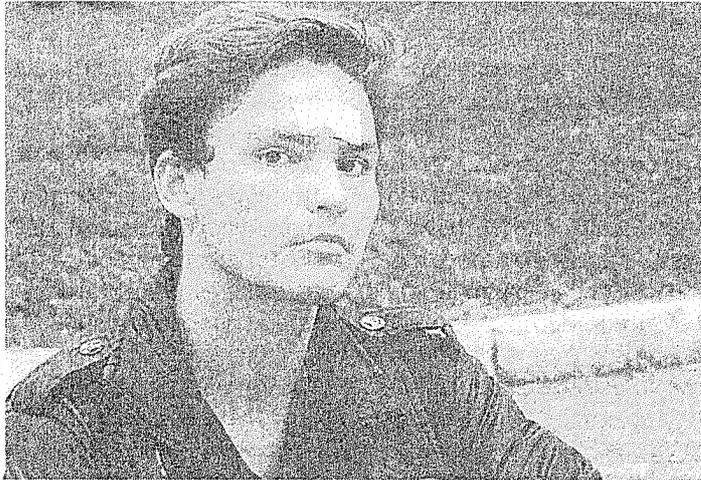
Rafaelin Poli, professora de artes nos colégios estaduais Maria Teixeira Braga e Ivanete Martins de Souza, em Piraquara.

CONTINUA

11 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Cicatriz na testa e dificuldades para dormir

¶ “Por volta de 14h10 eu estava lá, no meio do povo, próximo ao cordão de isolamento dos policiais. De repente, estava todo mundo correndo, gritando ‘sem violência, sem violência’. Eu estava de pé quando falaram no carro de som que era para sentar no chão, para mostrar que a gente não estava reagindo. Quando fui me sentar, com as mãos levantadas, uma granada explodiu no meu pé. Foi estilhaço na perna, na coxa e no rosto, testa e sobrancelha. Eu não ouvia nada em volta de mim, tudo muito abafado, achei que estava surdo. O sangue desceu no meu olho e achei que tinha ficado cego. Comecei a correr, pedindo água. Não sentia dor, só um desespero muito grande. Minha amiga me encontrou e falou ‘cara, você está muito machucado’. Fomos

até a prefeitura e vi que tinha gente desmaiada, passando mal, pensei ‘deixa essa galera ir primeiro para o hospital, eu posso esperar’. Fizeram um curativo na minha cabeça, para estancar o sangramento. Voltei para o colégio, liguei para a minha mãe e até peguei o telefone do lado direito. É o costume, né, e por um momento eu esqueci que não estava ouvindo direito. No hospital levei cinco pontos na testa. Na sobrancelha não teve o que fazer porque ‘comeu’ um pedaço, não tem pele para costurar. O zunido no ouvido ainda não passou e dói um pouco. Na primeira noite eu acordava a todo momento e pensava ‘não, isso não aconteceu’. Eu passava a mão no rosto para ter certeza que era real. No segundo dia também não consegui dormir muito bem e estou tomando um calmante. De lá para cá a gente tenta se manter ativo, porque a greve não acabou.”

Ícaro Grassi, 17, estudante do 2.º ano do Colégio Estadual do Paraná.

09 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

OAB defende Fachin

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, defendeu ontem a “adequada conduta” do advogado Luiz Edson Fachin, indicado pela presidente Dilma Rousseff (PT) ao Supremo Tribunal Federal (STF). Fachin virou alvo de críticas por ter atuado na advocacia enquanto era procurador do Estado do Paraná. Segundo Coêlho, o Estatuto da Advocacia proíbe que servidores da administração direta, indireta e fundacional atuem contra a Fazenda Pública “que os remunere ou a qual seja vinculada a entidade empregadora”. Para Marcus Coêlho, “o advogado Luis Edson Fachin é detentor de todos os requisitos constitucionais para ocupar o cargo de ministro do STF”.

SDH já recebeu 18 denúncias por repressão no Paraná

Segundo ministro da Secretaria de Direitos Humanos, queixas se referem aos excessos da PM no protesto dos professores no Centro Cívico, e devem aumentar

Ana Fernandes
Agência Estado

São Bernardo do Campo, SP - O ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas, disse ontem que a ouvidoria da secretaria já recebeu 18 denúncias de violações de direitos humanos na ação da Polícia Militar do Paraná para reprimir protesto de professores do Estado, no último dia 29. O ministro admitiu que o número é alto e que pode até já ser maior, uma vez que o dado é da última quarta-feira, quando recebeu a última atualização da ouvidoria da SDH. "Nós inclusive deslocamos nossa ouvidora nacional para o Paraná e ela deve trazer um relatório mais completo."

A polêmica ação no Paraná deixou mais de 200 feridos, houve denúncias do uso de bombas, cachorros pitbull, de ação violenta de PMs e até de estudantes que foram obrigados por policiais a se despir. O ministro de Direitos Humanos repetiu a cautela, disse que as denúncias serão encaminhadas de acordo com os

procedimentos internos da pasta, mas reafirmou que há indícios "fortíssimos" de que houve "grave violação de direitos". "Continuamos acompanhando o caso com muita preocupação. Nossa posição é de que o direito à livre manifestação é fundamental. É obvio que houve um uso excessivo da força. Não se utilizaram mecanismos tradicionais de mediação de conflito e, portanto, entendemos que é muito grave o que aconteceu lá."

Pepe Vargas disse ainda que ele e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, haviam alertado o governo paranaense. "No dia anterior, eu falei com o chefe da Casa Civil (Eduardo Sciarra), no dia também." O ministro Cardozo também fez contato com o governo do Estado. "Nós expressamos a nossa preocupação de que pudesse transbordar para violência, o que infelizmente aconteceu", afirmou Pepe, após participar de um evento em São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo.

09 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Quem falta cair?

Quedas no governo Richa são naturais sem que ele necessite tomar a medida radical: a espera da decisão, enquanto os conflitantes duelam, acaba impondo o pedido de exoneração que ocorreu com a Educação, a Segurança e a Polícia Militar. Os desgastes que deveriam ser predominantemente do governador acabaram assumidos em sua totalidade pelos envolvidos: de todos o que menos ônus teve foi o da Educação, Fernando Xavier Ferreira, que ainda por cima acabou substituído por uma superintendente por ele designada por sua atuação no interior.

O uso saturante da força, que provocou a tragédia, embora repudiado, não foi discutido como doutrina tal qual vinham fazendo alguns delegados e oficiais da Polícia Militar que fazem restrições a esse tipo de orientação. O fato é que duas dessas secretarias - a de Educação e Segurança - é que geraram as maiores e profundas crises desde a primeira gestão, mas os conflitos foram largamente compensados pela vitória eleitoral, posto que já estivesse bem caracterizada a crise fiscal nas lesões repetidas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essas exonerações soaram, no plano geral, como um ato de autocritica e isso, ao menos, limpou em parte a barra do governador que hesitava em fazer aquele exercício de autoridade fixando culpas e fazendo valer o seu comando. Como não aposta nessa via, acabou favorecido, o que se deve mais aos que caíram pela consciência dos erros de desempenho.

Uma ironia está no fato de ter criado obstáculos à ação do Gaeco, quando da presença do procurador de Justiça Cid Vasques na pasta e, em seguida, ter provido aquele órgão do Ministério Público de meios para ampliar o seu raio de ação e que agora se voltam contra agentes de sua proximidade tanto nos chunchos fazendários em Londrina como nas ações do parente remoto Luiz Abi. Aí se destaca um dado relevante, o da impessoalidade, embora os opositoristas se empenhem em destacar e aprofundar o que chamam, sem provar claramente, de afinidade parenteral e de amizade.

09 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Deputado volta para a 'bancada da bala' em Brasília

Adriana De Cunto
Reportagem Local

Curitiba - O deputado federal Fernando Francischini (SD) foi um dos primeiros nomes anunciados pelo governador Beto Richa (PSDB) para compor o secretariado do seu segundo mandato à frente do Palácio Iguaçu. Francischini assumiu com a promessa de ser o homem forte da segurança no Estado, tanto que abocanhou para a sua pasta a administração das penitenciárias, antes sob a coordenação da Secretaria de Justiça. Não foi a primeira vez que ele trabalhou com o governador. Em 2008, quando prefeito de Curitiba, Beto convidou o deputado para chefiar a primeira Secretaria Municipal Antidrogas do País.

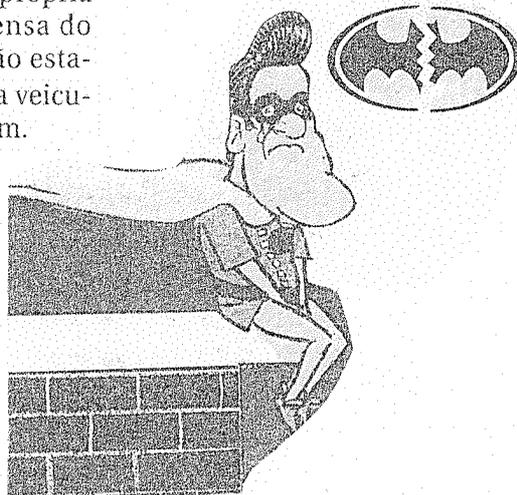
Francischini nasceu em Londrina no dia 26 de março de 1970. Ele foi delegado da Polícia Federal (PF) e seu currículo destaca a coordenação das investigações que resultaram nas prisões dos megatraficantes Juan Carlos Ramírez Abadía e Fernandinho Beira-Mar, bem como do contrabandista Law Kin Chong. Ele foi eleito deputado federal pela primeira vez em 2010 com 130 mil votos, pelo PSDB. Em 2014 foi reeleito deputado federal com 159.569 votos, pelo Solidariedade.

O ex-secretário de Segurança do Paraná volta agora a ser um nome forte da chamada "bancada da bala" do Congresso Nacional. Em sua

página no Facebook, Francischini reforça ao máximo o perfil de policial "linha dura" e "tolerância zero", se classificando como um político conservador e postando muitas fotos de criminosos presos e posts em favor da liberação das armas. Lembrando que em 2010, uma de suas doadoras de campanha foi a Taurus Blindagens, subsidiária da fabricante de pistolas e revólveres.

Em menos de cinco meses na Segurança, Fernando Francischini se envolveu em três situações polêmicas que chamaram a atenção da imprensa nacional. A primeira, em janeiro, quando ele usou a farda de verão dos bombeiros para acompanhar o trabalho da corporação no Litoral do Paraná. A tatuagem de um dragão que o ex-secretário traz no braço esquerdo foi apagada por meio de edição de imagens em fotos de divulgação da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp). Na época, ele disse que a remoção da tatuagem por edição partiu de alguém da própria assessoria de imprensa do governo e que ele não estava preocupado com a veiculação daquela imagem.

Depois, em fevereiro, durante protesto dos servidores estaduais, Francischini coordenou a entrada dos deputados da base do governador na Assembleia Legislativa (AL) dentro de um camburão. Eles pretendiam votar a reforma do fundo previdenciário por meio da extinta Comissão-Geral. A terceira polêmica também envolvendo os servidores, principalmente, os professores, foi a ação violenta da PM contra manifestantes, no dia 29 de abril, no Centro Cívico. Mais de 200 pessoas ficaram feridas e foi esse episódio que acabou motivando a saída do ex-secretário e mais dois nomes do primeiro escalão: o ex-secretário de Educação Fernando Xavier Ferreira e o ex-comandante da PM César Kogut.



10 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Por Fachin, Dilma aciona ministros

Temendo uma derrota no Senado, a presidente Dilma Rousseff acionou ministros a fim de reduzir as resistências à indicação do advogado Luiz Edson Fachin ao Supremo Tribunal Federal. A rejeição vem principalmente do presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da bancada ruralista. Fachin declarou apoio à petista na campanha de 2010 e tem histórico de proximidade com movimentos sociais. Membros do governo se preocupam com o que chamam de "escalada de agenda conservadora" no Legislativo e veem risco à aprovação.

Sem consenso

A rejeição, porém, não é consenso no PMDB. Parte dos senadores da sigla considera injusto sacrificar o advogado em retaliação ao Planalto. A oposição também está dividida. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), crítico do PT e do governo, é relator da indicação na Comissão de Constituição e Justiça e defende a aprovação de Fachin. O tucano se tornou um de seus principais defensores - ele era governador do Paraná quando Fachin foi nomeado procurador do Estado. Em contraponto a Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que divulgou parecer da consultoria do Senado contrário à indicação, Alvaro pediu nota técnica em favor dela - é praxe que a seção faça textos acompanhando a posição defendida pelo senador que o pediu. O primeiro parecer acusa Fachin de exercer ilegalmente a advocacia no período em que foi procurador. O argumento é que a Constituição estadual vedava a prática. A nota de Alvaro vai em sentido contrário: Fachin foi autorizado a manter o ofício pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Paraná.

PEC da Bengala

As três principais entidades de magistrados do País ingressaram na última sexta-feira com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal para pedir a suspensão da emenda constitucional que estende de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória para ministros do STF e de outras cortes superiores. A chamada PEC da Bengala foi promulgada anteontem pelo Congresso. A ação é subscrita pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juizes Federais (Ajufe) e Associação Nacional de Magistrados do Trabalho (Anamatra). Segundo as entidades, parte da nova lei é inconstitucional porque submete a prorrogação da aposentadoria compulsória após os 70 anos à aprovação pelo Senado, por meio de nova sabatina aos ministros dos tribunais superiores.

10 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ato pede justiça no caso Estela Pacheco

Bruna Quintanilha

Reportagem Local

Londrina – Parentes e amigos da professora Estela Pacheco – morta em outubro de 2000 em um crime que chocou Londrina – realizaram na manhã de ontem um ato público no Calçadão. Conforme a filha de Estela, a jornalista Laila Pacheco Menechino, o objetivo da mobilização é pressionar o Poder Judiciário para que o processo tenha andamento. O julgamento do réu, Mauro Janeine, já foi adiado cinco vezes.

“Criamos uma petição pública, que já conta com mais de 1,5 mil assinaturas e queremos levá-la até o Judiciário. A ideia é conseguir o apoio das pessoas para que haja uma decisão logo”, destacou.

Para coletar assinaturas, alguns computadores foram disponibilizados durante o ato para que as pessoas pudessem ter acesso à petição. Também houve distribuição de panfletos. Músicos do grupo Cantoria fizeram uma apresentação em homenagem a Estela e ao Dia das Mães. “Eles estão cantando por justiça. Escolhemos realizar esse ato na véspera do Dia das Mães para que as pessoas lembrem que Estela foi, além de vítima de um crime, mãe e amiga”, acrescentou Laila.

O contador Marcos Alberto de Barros passava pelo Calçadão quando o ato público chamou a atenção dele. “Vou pesquisar a história e assinar a petição. É muito importante esse tipo de mobilização. Sabemos que todos os dias muitas injustiças acontecem no Brasil e as pessoas responsáveis saem impunes”, opinou.

Amiga de Estela, a professora Mira Roxo também fez questão de participar da mobilização. “Queremos justiça para Estela e para todas as outras mulheres que, assim como ela, são vítimas de casos semelhantes.”

MILITÃO

Desagravo a Mauro Viotto

A subseção da OAB de Londrina promoveu, no último dia 6, sessão de desagravo ao advogado Mauro Viotto. O estimado advogado foi presidente da entidade em Londrina por duas gestões, e foi também conselheiro federal da OAB. Foi um advogado combativo na advocacia criminal paranaense e deixou história relevante de luta pelos direitos dos advogados. O desagravo foi concedido pela OAB há vários meses, por ter o colega relatado constrangimentos sofridos em virtude de atuação em processo judicial por parte de uma promotora do Tribunal do Juri.

11 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Três Poderes são responsáveis por massacre de 29 de abril

Na avaliação de especialistas
ouvidos pela FOLHA, Executivo, Legislativo
e Judiciário do Paraná têm parcela de
culpa na repressão violenta a servidores

66

*“Não é algo que fugiu do controle,
já havia uma predisposição
para que aquilo ocorresse.”*

Luís Fernando Wilteburg
Reportagem Local

A pesar da tentativa de lavar as mãos da responsabilidade sobre o massacre contra servidores estaduais pela Polícia Militar em frente à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, no dia 29 de abril, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm sua parcela de responsabilidade, avaliam especialistas ouvidos pela FOLHA.

Para votar as alterações no regime previdenciário dos funcionários do Estado conforme queria o governador Beto Richa (PSDB) e para evitar que manifestantes invadissem o plenário e barrassem a votação, o presidente da AL, Ademar Traiano (PSDB), recorreu ao Judiciário para obter liminar que impedisse a entrada de pessoas

até mesmo nas galerias. Para garantir o cumprimento, o juiz Eduardo Lourenço Bana, no interdito proibitório concedido, determinou o uso de força policial, caso sua decisão fosse descumprida, além de fixar multa para os sindicatos das categorias envolvidas em possível desobediência.

Porém, após a má repercussão da ação policial, tanto Executivo quanto Legislativo tentaram se isentar dizendo inicialmente que o emprego da PM foi adotado para cumprir decisão judicial. Já o presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos, justificou que o cerco à AL ocorreu sob responsabilidade da PM e que a presença da corporação independia de ordem judicial, podendo ser solicitada pela própria presidência do Legislativo.

Dentro do governo, o empurra-empurra de responsabilidades entre o secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini (SD), e o comandante da PM, César Vinícius Kogut, culminou com a queda de ambos entre quinta e sexta-feira. Na quarta-feira, Fernando Xavier havia deixado a Secretaria da Educação.

Para o pesquisador do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Luiz Domingos Costa, os Três Poderes têm responsabilidade sobre o ocorrido, mas elas recaem mais forte sobre Executivo e Legislativo. “A Secretaria de Segurança Pública e a direção da AL tinham mais subsídios e informações para prever esse desfecho”, avalia.

CONTINUA

11 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Entretanto, ele diz que em vários Estados brasileiros, os Três Poderes agem de forma “excessivamente coesa e coordenada”, o que pode comprometer a independência entre eles. “Em nível estadual, eles se reforçam mutuamente e quando têm um interesse que diverge do da população, agem com uma certa tirania, uma força desmedida em detrimento a um diálogo”, avalia.

O cientista político afirma que, em casos como este, a emissão de um interdito proibitório é facilitado e pode levar a dúvida sobre a independência deste poder.

Já sobre o Executivo e Legislativo, Costa vê que houve preparo para o confronto, devido ao grande número de emprego de policiais e sobre outros pontos, como a colocação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) na linha de frente e a disposição de helicóptero e atiradores em marquises. “Não é algo que fugiu do controle, já havia uma predisposição para que aquilo ocorresse.”

Sobre o posicionamento de Traiano e da base aliada, que prosseguiu a votação mesmo sob o som de tiros e bombas, Costa vê como “completa subordinação ao Executivo” e classifica o Legislativo como corresponsável pelo acontecido.

Para o docente de “sociedade brasileira” e pesquisador da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Maximiliano Martín Vicente, os Três Poderes paranaenses não contavam com a contestação dos manifestantes e que teriam, depois, de dar uma satisfação à sociedade.

“Devido ao histórico do nosso País, acreditavam que a população não iria reagir de forma suficientemente forte, mas isso vem mudando desde 2013. E acreditar que a segurança se consegue com a polícia é desconhecer o que ocorreu naquele ano”, diz o professor, lembrando que os embates entre manifestantes e policiais também resultaram em feridos.

Porém, apesar de também ver responsabilidade dos Três Poderes, Vicente vê como principal responsável o Executivo, por ter forçado a votação do projeto de lei que não tinha consenso daqueles que eram afetados pela proposta. “Faltou diálogo.”

08 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Nota de consultor do Senado diz que Fachin violou lei

Análise feita a pedido do peemedebista Ricardo Ferraço concluiu que nome a vaga no STF cometeu infração por acumular funções

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

Uma nota técnica do Senado, elaborada a pedido do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e publicada ontem, aponta que a dupla atividade exercida por Luiz Fachin no Paraná, quando ocupou cargo de procurador do Estado e exerceu a advocacia ao mesmo tempo, "viola o ordenamento legal".

O fato foi debatido na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da semana passada, quando Ferraço afirmou que Fachin continuou advogando quando ocupou o cargo de procurador, entre 1990 e 2006. Indicado pela presidente da República para assumir a vaga aberta com a aposentadoria de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal, o advogado gaúcho deve ser sabatinado pelo Senado na terça-feira.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que era governador do Paraná quando Fachin foi nomeado para o cargo de procurador, afirmou na última semana que o exercício da advocacia estava amparado por uma lei estadual de 1985. O parecer solicitado por Ferraço traz complicações ao indicado para o Supremo.

A nota, elaborada pelo consultor legislativo João Trindade Cavalcante Filho, aponta que Fachin realizou concurso público em 1989, mas tomou posse

Nota técnica

"Tendo Luiz Edson Fachin tomado posse após janeiro de 1990, quando já se encontravam em vigor as proibições na Constituição do Paraná e na lei de 1990, a atuação na advocacia privada, concomitantemente com o exercício do cargo de Procurador do Estado, viola o ordenamento legal"

João Trindade Cavalcante Filho
CONSULTOR LEGISLATIVO

apenas em 1990 e, portanto, após edição da Constituição Estadual de 1989 que proibiu que procuradores exercessem a advocacia. Ficaram liberados dessa imposição apenas aqueles que já eram procuradores do Estado na data da promulgação da Constituição do Paraná o que, segundo o consultor do Senado, não era o caso de Fachin. "É consabido que, com o advento de uma nova Constituição, restam revogadas (por ausência de recepção) todas as normas infraconstitucionais com ela materialmente incompatíveis", escreveu o consultor, que é funcionário concursado do Senado.

Ordenamento. O servidor destaca que não sabe a data em que o advogado tomou posse no cargo de procurador, mas certa-

mente, diz, foi após 12 de fevereiro de 1990, data em que a nomeação de Fachin foi publicada no *Diário Oficial*. "Tendo o sr. Luiz Edson Fachin tomado posse após janeiro de 1990, quando já se encontravam em vigor as proibições de advogar constantes tanto da Constituição do Paraná quanto da Lei Complementar n.º 51, de 1990, a atuação no âmbito da advocacia privada, concomitantemente com o exercício do cargo de Procurador do Estado, viola, prima facie, o ordenamento legal", escreveu o consultor legislativo.

O técnico descarta ainda a possibilidade de falar em "direito adquirido" a exercer a advocacia, pois a jurisprudência do Supremo reconhece "não haver direito adquirido a regime jurídico, muito menos se levar em conta que o Procurador já tomou posse sob a égide das regras que proibiam a advocacia fora das atribuições institucionais".

Previsto para ser sabatinado na próxima semana, Fachin encontra resistência no Senado por parte de parlamentares da oposição e de peemedebistas. Ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), criticou a politização de indicações no STF durante a promulgação da PEC da Bengala, que muda de 70 para 75 anos a idade de aposentaria compulsória nas Cortes superiores do País.

08 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Fracassa o plano para presídios

A pesar de as prisões do País terem apenas 310 mil vagas e abrigarem cerca de 550 mil pessoas, o que tem levado o Brasil a ser duramente criticado nos relatórios anuais da Anistia Internacional, o Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional lançado em novembro de 2011 pela presidente Dilma Rousseff e gerenciado pelo Ministério da Justiça não passou da estaca zero. À época, a situação carcerária era tão precária que o então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, classificou os centros de triagem e as penitenciárias brasileiras como “masmorras medievais”.

Com recursos estimados em R\$ 1,2 bilhão, a serem repassados aos governos estaduais entre 2012 e 2014, o plano tinha por objetivo zerar o déficit de vagas nos presídios femininos, reduzir ao mínimo o déficit de vagas nos presídios masculinos e permitir a implantação de uma política nacional de educação prisional. Nesses três anos, o governo federal fechou 99 convênios com Estados para financiar a construção de 45.934 vagas em penitenciárias e cadeias públicas.

No entanto, como informa o Ministério da Justiça – cujo titular já disse que preferia morrer a ter de cumprir pena nas prisões brasileiras –, das obras iniciadas, 5 estão com mais de 50% da construção concluída; 24 estão com menos de 10% do

trabalho concluído; 9 obras têm somente 1% do projeto executado, o que significa, na prática, que a área foi cercada e uma planta foi colocada; e 25 encontram-se paralisadas, segundo o jornal *O Globo*.

O governo federal estima que, no melhor dos cenários, os Estados conseguirão entregar até o fim de 2015 cerca de 1.500 das 45.934 vagas prometidas em 2011 pelo Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. E isso por causa das prisões do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça. Alegando que o atraso e o eventual cancelamento das obras “não penalizaria apenas os governos estaduais, mas a sociedade”, o órgão passou a acompanhar de perto as construções de estabelecimentos penais e oferecer assistência técnica aos Estados.

O fracasso do Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional pode ter consequências graves para toda a sociedade, uma vez que o déficit do sistema carcerário está aumentando ano a ano, pois a polícia vem prendendo cada vez mais e as varas de execução penal estão batendo recordes de condenações. Entre 1992 e 2012, a população carcerária cresceu cerca de 380%. E o número de presos poderá aumentar mais ainda, caso a redução da maioria penal de 18 para 16 anos seja aprovada pelo Congresso.

As razões do atraso do programa são conhecidas há muito tempo: dificuldades na desa-

propriação de áreas para a construção de estabelecimentos penais, documentação irregular, cancelamento de licitações, desistência de empresas, inépcia administrativa dos governos estaduais, morosidade do agente financeiro encarregado do pagamento das empreiteiras e falhas da própria concepção do plano, que incorporou contratos de construção firmados no segundo mandato do presidente Lula para a criação de presídios destinados a jovens e adultos. Assinado em 2007, um desses contratos previa a construção de uma cadeia pública em Gericinó, zona oeste do Rio de Janeiro, com repasse federal previsto de R\$ 14,7 milhões. Nada foi erguido no local até hoje. O convênio mais antigo data de 2005 e previa a construção de uma penitenciária em Itatinga, no Estado de São Paulo. Dez anos depois, existem apenas 60% da construção.

A implementação do Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional também foi afetada por atrasos na liberação de recursos, uma vez que entre 2013 e 2014 o governo federal desviou 34% das verbas destinadas à expansão do sistema prisional para financiar obras da Copa do Mundo. A situação em que se encontra o sistema carcerário resulta, assim, de um velho vício de nossos governantes – eles são pródigios em anunciar grandes planos e incompetentes para gerir a administração pública e cumprir promessas.

09 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Ação pede suspensão da PEC da Bengala

Entidades de magistrados entram com pedido de inconstitucionalidade no Supremo contestando dispositivo que prevê nova sabatina de ministros

As três principais entidades de magistrados do País ingressaram ontem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para pedir a suspensão da emenda constitucional que estende de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória para ministros do STF e de outras cortes superiores. A chamada PEC da Bengala foi promulgada anteontem pelo Congresso.

A ação é subscrita pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juizes Federais (Ajufe) e Associação Nacional de Magistrados do Trabalho (Anamatra).

Segundo as entidades, parte da nova lei é inconstitucional porque submete a prorrogação da aposentadoria compulsória após os 70 anos à aprovação pelo Senado, por meio de nova sabatina aos ministros dos tribunais superiores. A exigência da nova sabatina não aparece de forma explícita na emenda, mas as notas taquigráficas do texto final vinculam a nomeação ao artigo 52 da Constituição – que estabelece como requisitos para nomeação para o STF a sabatina e a aprovação pelo Senado. Na ação, os juizes pedem a nulidade dessa emenda que condiciona a aposentadoria compulsória ao artigo 52 da Constituição.

“Nas entrelinhas o texto submete magistrados já nomeados e aprovados aos mais altos cargos do Poder Judiciário a uma nova sabatina”, afirma o presidente da AMB, João Ricardo Costa. “O texto é expresso ao falar em ‘aprovação prévia’. Essa medida fere a independência entre os Poderes, um princípio constitucional, além de violar a vitaliciedade da magistratura.”

Em nota, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), negou ontem que tenha di-

Supremo

Renan disse ontem que a nota do Senado que vê acúmulo irregular de atividades do jurista Luiz Fchin, indicado ao STF, é “opinião pessoal” que “não pode ser confundida com a posição” da Casa.

to que ministros terão de passar por nova sabatina caso desejem ficar até os 75 anos no cargo. “O Congresso fará a regulamentação do tema, mas o senador, como presidente de uma instituição, não antecipou nenhum juízo em torno do assunto”, diz.

Na quinta-feira, Renan não fez menção à nova sabatina durante a cerimônia de promulgação da emenda. Mais tarde, porém, a Agência Senado veiculou declaração do peemedebista confirmando a sabatina: “Conforme a emenda, os que desejarem continuar na magistratura deverão ser novamente sabatinados pelo Senado, que não abrirá mão da prerrogativa de fazê-lo”.

‘ilegal’. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse ontem que considera “ilegal” a nova sabatina. “Não sou a favor. Serei radicalmente contrário”, afirmou Cunha ao Estado, ignorando o fato de as sabinas ocorrerem só no Senado.

O ex-senador José Jorge (ex-PFL-PE) confirmou ontem que, em 2005, o então líder do governo Lula na Casa, Aloizio Mercadante (PT-SP) – atual ministro da Casa Civil –, pediu a inclusão da exigência de uma nova sabatina na PEC da Bengala. José Jorge foi o relator da emenda constitucional na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado dez anos atrás e acatou a proposta de Mercadante.

Questionado ontem sobre o assunto, o ministro se esquivou. Disse que a proposta na época fazia parte da reforma do Judiciário e hoje não cabe a ele comentar a questão porque “não está em discussão no governo”. “Hoje é outro o cenário, é outro o Legislativo e compete a eles avaliar a procedência dessa discussão”, afirmou. “Eu não sou mais senador. Não é meu papel.”

/ FAUSTO

MACEDO, RICARDO CHAPOLA, TÂNIA MONTEIRO, RICARDO BRITO, ERICH DECAT, BEATRIZ BULLA, ISADORA PERON e TALITA FERNANDES

09 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO Justiça permite corte de salário de docentes

Liminar que impedia desconto foi derrubada;
professores de SP decidiram manter greve

A Justiça derrubou ontem a liminar que impedia o governo estadual de cortar o ponto dos professores, em greve há 55 dias. A categoria, que decidiu no mesmo dia manter a paralisação, havia conseguido sentença que barrava a medida, mas o governo recorreu. Os primeiros holerites com desconto chegaram em maio.

O responsável pela nova decisão, desembargador José Maria Câmara Júnior, da 9.^a Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, sustentou que “a greve autoriza o corte de ponto dos servidores”. Segundo ele, nesse caso não há “direito à remuneração por trabalho não desempenhado”.

O magistrado ainda argumentou que a orientação do próprio tribunal era pelo desconto dos dias parados. A reportagem não conseguiu contato com o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), que lidera a greve, para comentar a mudança.

Horas antes da decisão judicial, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) havia minimizado novamente o movimento. “Ontem (*anteontem*), tivemos 1,3% de faltas pela manhã e 2,6% à tarde. A ausência de professores está menor do que fora da greve. Em média, o número de faltas varia de 2,5% a 3%. Isso fala por si só.” A Apeoesp estima adesão superior a 50%.

O sindicato pede 75,33% de reajuste. Alckmin diz que a categoria tem o maior piso do País: cerca de R\$ 2,4 mil para jornada de 40 horas semanais. A Apeoesp levou a negociação à Justiça, mas não houve conciliação na audiência de *anteontem*.

Agora, o caso pode ser julgado. A entidade tem reunião marcada com a pasta na quarta-feira.

Passeata. Cerca de mil professores da rede estadual, segundo a Polícia Militar, aprovaram a continuidade da greve ontem, após assembleia na Avenida Paulista, região central. Eles também marcharam pela Avenida Rebouças e pela Marginal do Pinheiros, na zona oeste. Os manifestantes estimaram a participação de 50 mil pessoas.

Por volta das 17 horas, eles bloquearam totalmente a Paulista, no sentido Consolação. Depois, seguiram pela Avenida Rebouças até a Marginal do Pinheiros, que tinha tráfego intenso de veículos. Os grevistas ocuparam a Marginal na altura da Ponte Eusébio Matoso, no sentido da zona norte, às 19 horas.

A maior parte do grupo se dispersou por volta das 21 horas, mas um pequeno número de professores ainda seguiu para o Largo da Batata, em Pinheiros, também na zona oeste.

A PM registrou o ato em vídeo e a Tropa de Choque acompanhou os grevistas. Na Rebouças, policiais se posicionaram na frente das concessionárias para evitar aproximação dos manifestantes. Não houve tumultos até 21 horas, segundo a polícia. Uma nova assembleia está marcada para a próxima sexta-feira, na Avenida Paulista. / LUIZ FERNANDO TOLEDO, PAULO SALDAÑA E VICTOR VIEIRA

09 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Greve de professores. Ação da polícia deixou 234 feridos há nove dias e já levou também à queda do comandante da PM e do secretário de Educação. Ministério Público ouviu 100 pessoas no caso; secretaria nacional recebeu 18 denúncias de abusos policiais

Chefe da Segurança cai no PR; Richa lamenta conflito

Julio Cesar Lima

ESPECIAL PARA O ESTADO | CURITIBA

Nove dias após a ação da Polícia Militar que deixou 234 professores e 21 policiais feridos em Curitiba, o secretário de Segurança Pública do Paraná, Fernando Francischini, entregou o cargo. Nesta semana, há haviam deixado o governo o secretário de Educação, Fernando Xavier Ferreira, e o comandante da PM, Cesar Kogut. Ontem, o governador Beto Richa (PSDB) se manifestou pela primeira vez sobre o episódio, por carta pública, e lamentou o conflito.

“O silêncio que guardei nos últimos dias serviu para uma reflexão profunda sobre os acontecimentos do dia 29 de abril, na Praça Nossa Senhora de Salete, em Curitiba. Depois disso, adotamos uma série de medidas, que incluiu a troca de secretários e mudanças na legislação... Por tudo isso, peço humildemente a sua compreensão. O Paraná precisa do esforço e do compromisso de cada um de nós para seguir adiante. Vamos virar a página do ‘quanto pior, melhor...’”, afirmou, em nota divulgada nas redes sociais.

Considerado uma das peças-chave do conflito, Fernando Francischini disse, em entrevista coletiva cinco dias após os conflitos, que a responsabilidade das ações de campo caberia à

Polícia Militar. Isso irritou a corporação e seu desgaste aumentou após a divulgação de uma carta pública com críticas do comandante-geral da PM, Cesar Kogut. No texto, o coronel afirmou que Francischini participou de todo o planejamento das operações e tinha conhecimentos dos desdobramentos.

“O senhor secretário de Segurança Pública foi alertado inúmeras vezes pelo comando da tropa empregada e pelo comandante-geral sobre os possíveis desdobramentos durante a ação e que, mesmo sendo utilizadas as técnicas internacionalmente reconhecidas como as indicadas para a situação, pessoas poderiam sofrer ferimentos, como realmente ocorreu, tendo sido vítimas manifestantes e policiais militares empregados na operação...”, afirmou Kogut, em trecho de carta enviada a Richa.

Francischini, por sua vez, também entregou uma carta para o governador, onde lista algumas ações da secretaria, apresenta números de apreensões de drogas e assume responsabilidade sobre os confrontos. “Finalizo assumindo novamente e publicamente todas as minhas responsabilidades, na atuação policial nas últimas operações, apoiando o trabalho da tropa. No entanto, ressalto que, mesmo com as reações adversas, continuo defendendo uma apuração rigorosa tanto da polícia

quanto do Ministério Público para que ao final a verdade prevaleça.”

Para a vaga de Francischini, que voltará à Câmara dos Deputados, em Brasília, assumiu interinamente o delegado da Polícia Federal Wagner Mesquita de Oliveira.

MP e ministério. Apesar da saída, Kogut e Francischini, além do governador Beto Richa, devem dar explicações ao Ministério Público do Paraná (MP-PR), que abriu inquérito para apurar as responsabilidades sobre os excessos cometidos durante os confrontos. O MP continua ouvindo depoimentos de pessoas que estiveram no Centro Cívico no dia 29. Até ontem, cem pessoas haviam prestado depoimentos e foram gravados 180 vídeos de testemunhas.

O ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas, disse ontem que a ouvidoria da secretaria já recebeu 18 denúncias de violações de direitos humanos na ação da Polícia Militar do Paraná. “Nós deslocamos nossa ouvidora nacional para o Paraná e ela deve trazer um relatório mais completo.”

Segundo Vargas, ele e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, haviam alertado o governo paranaense sobre o risco de confrontos um dia antes da ação da PM. / COLABOROU ANA FERNANDES

CONTINUA

09 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

BASTIDORES: Ricardo Galhardo

Situação se agravou dia a dia após atribuir culpa à corporação

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), estava determinado a demitir Francischini desde o dia seguinte aos acontecimentos no Centro Cívico. Richa, no entanto, acabou cedendo aos apelos do ex-secretário que, na segunda-feira, em conversa com o governador, disse que uma demissão poderia arruinar sua carreira política. Segundo a imprensa paranaense, Francischini chegou a chorar durante a conversa. Ele nega.

O ex-secretário era objeto de incômodo para integrantes do governo desde que tomou posse, em janeiro, por causa de seu estilo estridente. As críticas diretas começaram a partir de fevereiro, quando Francischini decidiu transportar os deputados governistas em um ônibus blindado da Polícia Militar até a Assembleia Legislativa, cercada por manifestantes.

Em uma reunião do secretariado realizada dias depois, a decisão foi questionada pelo secretário da Fazenda, Mauro Ricardo, autor da proposta de ajuste fiscal. “Por que em vez do ônibus você não cercou a Assembleia com a PM e restringiu o acesso dos manifestantes? Em São Paulo foi assim”, disse Mauro Ricardo, segundo relatos de um dos participantes. Depois disso, Francischini submergiu.

No último domingo, o deputado federal Valdir Rossoni, presidente estadual do PSDB, rompeu o silêncio e pediu publicamente a exoneração dos responsáveis pelo confronto da semana anterior. O último pilar de sustentação caiu na terça-feira.

Um dia antes, em uma entrevista, o então secretário atribuiu toda a responsabilidade pela violência à Polícia Militar. As declarações enfureceram o comando da PM. Isso levou 17 coronéis a divulgarem uma carta, no dia seguinte, dizendo que ele participou de todo planejamento.

Isolado, Francischini começou a enviar mensagens para os demais secretários, dizendo que suas palavras foram distorcidas e que a entrevista fora “combinada com o Beto (Richa)”.

Segundo fontes da PM, o então secretário chegou a discutir com o gabinete de crise do governo o plano de ação que previa, entre outras coisas, a necessidade de recursos financeiros, de reservar hospedagem e alimentação para 500 policiais levados do interior para a capital e o aumento da quantidade de munição a ser empregada na repressão aos professores.

Um dia depois dos coronéis foi a vez de dez entidades representativas da PM se pronunciarem em uma nota de repúdio ao secretário, que usava termos como “covardia” e classificava Francischini como “inimigo número 1” das PMs do Brasil.

No mesmo dia, sua mulher, Flavia, funcionária da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), postou um texto nas redes sociais no qual falava de “homens sujos, covardes, que não honram as calças” e agravou a situação.

Quinta-feira, o coronel Cesar Kogut pediu demissão do cargo de comandante da PM. Na última conversa com o governador, ele teria dito que a tropa não atenderia mais ao comando do secretário. Na mesma noite, Richa enviou um recado ao secretário, falando sobre a necessidade de “recomeçar do zero” a relação entre governo e PM. Francischini cedeu à pressão e entregou o cargo na manhã de ontem.

10 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Em atrito com governo, Renan quer adiar sabatina de Fachin

Presidente do Senado, peemedebista não tem interesse em facilitar a aprovação do jurista para vaga no Supremo

Isadora Peron / BRASÍLIA

Em permanente atrito com o governo, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), prepara mais uma manobra para desgastar a presidente Dilma Rousseff. A sabatina de Luiz Edson Fachin, indicado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa está marcada para terça-feira e havia um acordo para que o nome do jurista fosse submetido ao plenário no dia seguinte. Renan, porém, pretende deixar a votação para a próxima semana, prolongando o clima de suspense em torno da aprovação.

O peemedebista vai aceitar o apelo de um grupo de senadores do PSDB que não estará em Brasília nesta semana. Tucanos como Aécio Neves (MG) e José Serra (SP) irão a Nova York acompanhar uma homenagem ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Sem a presença maciça da oposição, diminui a possibilidade de o nome indicado por Dilma ser rejeitado.

Segundo aliados de Renan, o peemedebista não trabalha contra a aprovação do jurista, mas também não é do seu interesse dar uma vitória fácil do governo. Como cabe ao presidente da Casa decidir a pauta das sessões, Renan tem dito que não há pressa para concluir o processo. Como argumento, alega que Dilma demorou quase nove meses para indicar um substituto de Joaquim Barbosa na Corte.

O líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), mostrou-se surpreso ao ser questionado se o Planalto estava de acordo com o adiamento

da votação. "O combinado é que seja pedida urgência da votação no plenário tão logo seu nome seja aprovado na CCJ", disse.

Não há nenhuma regra que fixe prazo para o Senado aprovar um nome indicado para tribunais superiores. Mas esse processo não costuma ser demorado. Há casos em que a votação em plenário ocorreu no mesmo dia da sabatina. Foi assim com dois dos quatro ministros escolhidos por Dilma até agora: Luiz Fux e Luís Roberto Barroso.

Indicado em 14 de abril, Fachin tem apoio da comunidade jurídica, mas enfrenta resistência de senadores e parte da opinião pública. Para diminuir a rejeição, o jurista procurou pessoalmente os 81 senadores. Não conseguiu se apresentar a cinco parlamentares, mas deixou cópia do currículo a cada um deles.

Pauta. Na sabatina de terça, Fachin terá de dar explicações sobre pelo menos três assuntos: a atuação profissional, ideias consideradas progressistas e a relação com o PT e os movimentos sociais. O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), por exemplo, vai retomar na CCJ a questão de que Fachin não poderia ter exercido a advocacia enquanto atuou como procurador do Estado do Paraná. Ferraço havia levantado o assunto durante a leitura do parecer do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), um dos principais defensores de Fachin na Casa.

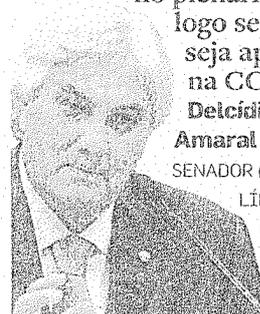
A ala mais conservadora do Senado quer questionar Fachin sobre temas ligados à família. O fato de ele, como advogado, defender a extensão do direito à pensão alimentícia a amantes foi visto como incentivo à poligamia.

Já os ruralistas vão querer saber sobre a relação dele com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fachin tem longa atuação no tema. Em 1985, participou da formulação de um plano para a reforma agrária do governo do então presidente José Sarney.

A assessoria de Fachin diz que ele terá respostas para tudo. O jurista afirma ter exercido a advocacia amparado na legislação vigente, diz ser a favor da monogamia e nega qualquer atuação profissional a favor do MST.

Surpresa

"O combinado é que seja pedida urgência da votação no plenário tão logo seu nome seja aprovado na CCJ"



Delcídio Amaral
SENADOR (PT-MS) E
LÍDER DO GOVERNO NA CASA

MP quer barrar lei que motivou confronto no PR

Julio Cesar Lima

ESPECIAL PARA O ESTADO / CURITIBA

A mudança do regime previdenciário dos servidores públicos do Paraná, cuja votação e aprovação culminaram com os confrontos de 29 de abril entre professores e a PM, com 234 feridos, pode ser suspensa. O Ministério Público de Contas do Paraná pediu antecorrem a suspensão imediata da lei aprovada pelos deputados.

Entre as alterações estão a incorporação de 33 mil servidores à Parana Previdência, além da autorização para que o governo do Estado possa mexer nos R\$ 8 bilhões disponíveis no fundo de previdência, a fim de fazer uma reserva para as contas do Estado que estão em déficit. A assessoria do governo já havia se manifestado sobre essa possibilidade, e informou que não havia nada de irregular. "A aprovação da lei seguiu todos os trâmites adequados na Assembleia Legislativa e o governo estadual está seguro de que há respaldo legal ao projeto", destacou.

O MP de Contas já havia se manifestado anteriormente, quando deu um prazo até o início desta semana para que o governo dê explicações sobre os gastos com armas e bombas de gás lacrimogêneo nos conflitos de 29 de abril. O Ministério Público do Paraná também recolheu depoimentos dos que estiveram no Centro Cívico naquele dia, para um inquérito que deve chegar ao governador Beto Richa (PSDB), ao ex-secretário de Segurança, Fernando Francischini, e ao ex-comandante da PM, coronel Cesar Kogut.

Docentes. A diretoria da APP-Sindicato se reúne nesta terça-feira com representantes do governo do Estado para defender uma pauta de reivindicações. Além do reajuste mínimo de 8,4% relativo à data-base e da discussão sobre o piso nacional, que chegaria a 13%, os professores querem a anulação do projeto de lei que altera a Parana Previdência. Nesta semana, o governo propôs um reajuste de 5%, valor a ser pago em duas parcelas.

10 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Caras e bocas

Irônico a mulher que escreveu o texto da **Lei Maria da Penha** ser vítima de um crime como este

JANDIRA FEGHALI, deputada federal (PCdoB-RJ), acusando o deputado Roberto Freire (PPS-PE) de tê-la agredido durante debate sobre as Medidas Provisórias do ajuste fiscal. '(Freire) Pegou meu braço com força e jogou para trás', ela afirmou. Freire nega a agressão

VOCÊ COM A PANELA NA MÃO É UM BICHO FERROZ / MAS QUANDO VÊ PROFESSOR APANHANDO FINGE QUE NÃO É CUM NÓIZ

EMICIDA, rapper paulistano, parodiando Bezerra da Silva ao comentar o panelaço anti-PT de terça-feira



TRIBUNA DO PARANÁ 1 1 MAI 2015

LEI É ILEGAL!

Ministério Público
pede suspensão
das mudanças
feitas por
Beto Richa na
previdência

O Ministério Público de Contas (MPC) do Paraná pediu na sexta-feira a suspensão imediata da lei que alterou o regime previdenciário dos servidores públicos estaduais. A mudança causou a greve dos professores foi pivô das manifestações que culminaram na ação policial do dia 29 de abril, que deixou ao menos 213 feridos em frente à Assembleia Legislativa.

De acordo com a medida cautelar, o projeto é "inconstitucional, ilegítimo e ilegal". Os procuradores afirmam que a medida é uma "inegável afronta" ao princípio da contributividade - ou seja, servidores que nunca contribuíram para o fundo teriam aposentadorias pagas por ele. O MPC ainda diz que o projeto foi aprovado de forma "abrupta, sem a adequada discussão e reflexão", e que a "evidente pretensão [do governo] é se apropriar dos recursos do fundo de previdência".

BOMBA-RELÓGIO

A mudança feita pelo governo do Paraná na ParanaPrevidência transferiu 33 mil aposentados com mais de 73 anos, pagos pelo fundo financeiro, que integra o caixa do governo, pro fundo previdenciário, espécie de "poupança" do sistema, que recebe contribuições do Estado e dos servidores e tem saldo positivo de R\$ 8,5 bilhões. Com a medida,

a gestão Richa, que vive uma crise financeira, economizaria R\$ 1,7 bilhão por ano. Neste momento, nada mudaria no pagamento dos benefícios, mas a longo prazo, porém, a decisão reativou uma bomba-relógio: em algum momento no futuro, o fundo previdenciário vai se esgotar. A expectativa é que o dinheiro acabe em no máximo 35 anos.

11 MAI 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

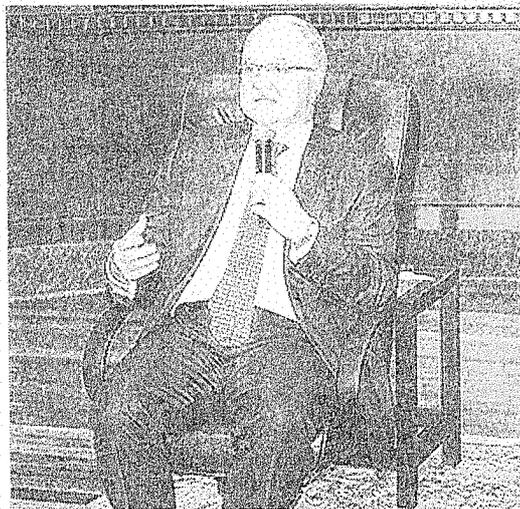
Renan diz que pareceres não prejudicam Fachin

Em nota divulgada neste sábado, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que pareceres da Consultoria Legislativa são “considerações subjetivas” e não “substituem” a Casa.

“Em face dos dois pareceres oriundos da consultoria legislati-

va, cabe reiterar que se tratam de considerações subjetivas e não substituem o Senado Federal. Ninguém individualmente, sobretudo órgãos consultivos internos, está acima da instituição que sempre se manifesta pela maioria dos senadores em plenário”, diz a nota. ●

Reprodução



O jurista paranaense será sabatinado na terça

JORNAL DO ÔNIBUS

CDH promoverá audiência interativa para debater eficiência da Lei Maria da Penha

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promoverá audiência interativa, na terça-feira (12), a fim de debater a pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Esta audiência foi pedida pela senadora Angela Portela (PT-RR). A pesquisa do IPEA, divulgada no início do mês de março mostra que o índice de homicídios de mulheres diminuiu 10%, desde que a Lei Maria da Penha (LPM) foi promulgada em setembro de 2006. A lei é fruto da luta da biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes para colocar o ex-marido na cadeia. O ex-professor universitário tentou mata-la duas vezes em 1983, a primeira vez com um tiro nas costas, que a deixou paraplégica. Outra vez ele a derrubou da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la. Ele foi julgado e condenado em 2002. Para a audiência foram chamados Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do IPEA e Aparecida Gonçalves, secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Palácio do Planalto. A audiência será realizada às 9h, na sala 9 da Ala Senador Nilo Coelho.

1 1 MAI 2015